

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERUNIDADES EM
MUSEOLOGIA

NILO MATTOS DE ALMEIDA

Casa do Olhar, Museu de Santo André e Sabina: possibilidades
para um plano de gestão de acervo em rede

Versão Corrigida

SÃO PAULO
2015

NILO MATTOS DE ALMEIDA

**Casa do Olhar, Museu de Santo André e Sabina:
possibilidades para um plano de gestão de acervo em rede**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Museologia

Área de Concentração: Museologia

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Oliveira Bruno

Linha de Pesquisa: Teoria e método da gestão patrimonial e dos processos museológicos

Versão corrigida.

São Paulo
2015

Nome: ALMEIDA, Nilo Mattos de

Título: Casa do Olhar, Museu de Santo André e Sabina: possibilidades para um plano de gestão de acervo em rede

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Museologia

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

Prof.

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

Prof.

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

À minha mãe, que quando comecei esta jornada teve de partir ela mesma em outra, mas pediu que eu continuasse a minha por aqui, e deixou sua lembrança iluminada e o presente que é a dádiva do futuro que tecemos todos os dias. Meu amor e gratidão sempre.

AGRADECIMENTOS

A minha caminhada é sempre movida por milhares de mãos e afetos que vão fazendo com que eu siga em frente.

Nesta jornada tão especial, tão sonhada e desejada, os agradecimentos compõem uma lista infinita. Sei que ficarei em débito com diversas pessoas e instituições, mas faço aqui um esforço para celebrar a gratidão em minha vida.

Marcelo Araújo e Cristina Bruno, meus professores que há alguns tantos anos, no curso de Estudos de Museus de Arte, na disciplina de Museologia, me acolheram como aluno e me apresentaram este que se tornou o caminho de minha vida, muito obrigado.

Na Prefeitura de Santo André, este trabalho não teria sido possível sem o apoio profissional e ao mesmo tempo generoso e afetuoso de vários colaboradores, dos quais gostaria de destacar as equipes da Casa do Olhar Luiz Sacilotto, Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa e Sabina Parque Escola do Conhecimento. Pelos gestores da Prefeitura meus profundos agradecimentos a Carlos Augusto, Cláudia Galvão, Gilmar Silvério, Ivone Santana, Tiago Nogueira. E um especialíssimo agradecimento ao Prefeito Carlos Grana pelo apoio ao projeto de pesquisa.

Na Secretaria Acadêmica do PPGMUS-USP agradeço a Karen, Aline e Fábio pela delicadeza com que sempre me atenderam e auxiliaram.

Todos os amigos queridos do curso com quem compartilhei aulas e cafés, obrigado pela companhia, pela troca de ideias e pela alegria da descoberta em conjunto.

Agradeço e celebro a preciosa equipe dos professores que em suas aulas colocaram seus pensamentos e convicções. Obrigado pela generosidade de compartilhar o conhecimento e em especial por fazê-lo com tanta vida e paixão.

Marília Xavier Cury e Marilucia Botallo, que compuseram a banca de qualificação, ficarei eternamente em dívida pelas observações feitas, tão claramente focadas no bem, no aprendizado, com a preocupação em contribuir para o melhor.

Cristina Bruno agradeço novamente a você, agora minha orientadora, por me mostrar os caminhos a seguir e me ajudar a descobrir outros tantos novos. Sempre admirei sua trajetória. O privilégio de sua orientação confirmou ao longo destes dois anos a sua importância no cenário museológico brasileiro, mas também confirmou para mim sua importância como pessoa. Muito obrigado.

Silvia Regina Costa, obrigado pelo apoio, por acreditar em mim e me ensinar que o humor nos salva de tudo, inclusive de nós mesmos.

Luciana Zorzato, obrigado pelo auxílio compartilhando suas pesquisas e seus conhecimentos.

Minha família, uma multidão de irmãos, irmãs, cunhados, cunhadas, sobrinhos e sobrinhas, que tem ao longo de minha vida sido mais que o porto seguro, tem sido a plataforma de onde me lanço a voos cada vez mais altos.

Papai e Mamãe, in memoriam, por partilhar comigo suas trajetórias e seus sonhos. Pude acompanhar suas partidas, e dizer hoje que não houve adeus, apenas um muito obrigado pelos caminhos que sigo agora. E continuo sendo grato, seguindo meus passos, sob suas bênçãos.

E agradeço por fim a uma força maior, que tudo move e faz seguir em frente, respirar e agradecer por cada novo dia e encontrar inspiração para que possamos melhorar o mundo em que vivemos.

Exatamente porque o museu é um depósito de tudo aquilo que de perto ou de longe está ligado à história nacional, os objetos que aí se encontram devem ser acessíveis a todos; e pela mesma razão, devem ser preservados. Saídos do invisível, é para lá que devem voltar. Mas o invisível ao qual estão destinados não é o mesmo de onde são originários. Situa-se algures no tempo. Opõe-se ao passado, ao escondido e ao longínquo que não pode ser representado por objeto algum. Este invisível que não se deixa atingir senão na e através da linguagem é o futuro. Ao colocar objetos nos museus expõem-se ao olhar não só do presente mas também das gerações futuras, como dantes se expunham outros ao dos deuses.

Krzysztof Pomian

RESUMO

ALMEIDA, N. M. **Casa do Olhar, Museu de Santo André e Sabina: possibilidades para um plano de gestão de acervo em rede**. 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Esta pesquisa propõe uma abordagem de gestão de acervos em rede para três instituições públicas na cidade de Santo André, a saber: Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa, Casa do Olhar Luiz Sacilotto e Sabina Parque Escola do Conhecimento. O ponto de partida que determinou a seleção destes equipamentos culturais para que na relação entre eles pudesse se aplicar o objeto de estudo desta pesquisa foi o fato de, em comum, todos servirem à população da cidade de Santo André e possuírem acervos que necessitam de procedimentos museológicos. Qual o papel da gestão e da cadeia operatória museológica para estes acervos? Como resposta a esta pergunta se propõe a hipótese que a adoção da prática da gestão museológica, articulada em rede, respeitando a autonomia das instituições, garantiria sua preservação, asseguraria a execução adequada de recursos e o acesso público ampliado. Também uma premissa que deve ser posta é o fato de uma instituição possuidora de acervo gerar uma demanda pela gestão museológica do mesmo, o que justifica a inclusão da Casa do Olhar Luiz Sacilotto e da Sabina Parque Escola do Conhecimento na pesquisa. Por fim, pela sua natureza, a linha de pesquisa que orienta o projeto é a de Teoria e Método da Gestão Patrimonial e dos Processos Museológicos.

Palavras-chaves: museologia, acervo, gestão, documentação.

ABSTRACT

ALMEIDA, N. M. **Casa do Olhar, Museu de Santo André e Sabina: possibilities for collection management plan on a network basis. 2015. 124 f.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

This research proposes a network management approach for collections of three public institutions in the city of Santo André, namely: Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa, Casa do Olhar Luiz Sacilotto and Sabina Parque Escola do Conhecimento. The starting point which determined the selection of these cultural facilities and apply them the object of study was the fact that, in common, all serve the population of the city of Santo André and have collections that require Museum procedures. What is the role of museum management and operative chain for these collections? In response to this question proposes the hypothesis that the adoption of the practice of museum management, articulated in the network, while respecting the autonomy of the institutions, would guarantee their preservation, would ensure the proper implementation of resources and public access. Also a premise that should be made is the fact that an institution be possessor of acquis generates a demand for museological management of same, what justifies the inclusion of Casa do Olhar Luiz Sacilotto and Sabina Parque Escola do Conhecimento in research. Finally, by its nature, the line of research that guides the project is the Theory and Method of Asset Management and Museological Processes.

Keywords: museology, collection, management, documentation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estátua de João Ramalho no Centro Cívico de Santo André, 2014.	20
Figura 2- Estação Ferroviária de São Bernardo	22
Figura 3- Localização de Santo André na Região Metropolitana de São Paulo	24
Figura 4 -Celso Augusto Daniel, 1989.....	26
Figura 5- I Grupo Escolar de São Bernardo, 1914.	27
Figura 6 - Diploma do Curso de Museologia, 1966	28
Figura 7- Vista do pátio interno do Museu de Santo André.....	30
Figura 8- Cartaz da campanha para formação do acervo do Museu, 1988	33
Figura 9- Detalhe de vista da fachada do prédio do Museu, 2014.	38
Figura 10- Exposição sobre o IV Centenário de Santo André, 1989.....	39
Figura 11 - Cartaz do 1º Congresso de História do Grande ABC, 1990.....	40
Figura 12- Foto oficial do I Congresso de História do Grande ABC,1990.	41
Figura 13- Exposição "Memória do I grupo", 1990	42
Figura 14- Fachada da Casa do Olhar Luiz Sacilotto, 2014.....	43
Figura 15- Residência de Saladino Cardoso Franco, 1921	46
Figura 16 - Marco Buti em exposição de inauguração da Casa do Olhar, 1992..	46
Figura 17 - Cartaz de inauguração da Casa do Olhar, 1992.....	47
Figura 18 - Instalação de totem da Casa do Olhar, 1998.....	50
Figura 19- Luiz Sacilotto em seu ateliê, 1997.....	51
Figura 20- Detalhe do Programa de reabertura da Casa do Olhar, frente, 2007.....	52
Figura 21-Detalhe interno do Programa de reabertura da Casa do Olhar, 2007.....	53
Figura 22 -Catálogo de inauguração da Pinacoteca de Santo André, 2013.....	53
Figura 23- Pinguinário da Sabina, 2014.	55
Figura 24- Vista da área dedicada aos dinossauros na Sabina, 2014.	56
Figura 25- Esculturas e painel de Sacilotto na Sabina, 2014..	60
Figura 26- Nave Simuladora,Sabina, 2014.	60
Figura 27- Vista da área "Ciências e Tecnologia" na Sabina, 2014.	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Esquema conceitual para Museu de Santo André (1974).....	31
Quadro 2 – Esquema conceitual para Museu de Santo André Expandido (1974)....	32
Quadro 3 – Cadeia Operatória Museológica.....	74
Quadro 4 – Cadeia Operatória Museológica – Procedimentos de Documentação...75	
Quadro 5 – Cadeia Operatória Museológica - Coleta e Classificação: Etapas.....	76
Quadro 6 – Ficha de Catalogação – Parte 1.....	80
Quadro 7 – Ficha de Catalogação – Parte 2.....	81
Quadro 8 – Ficha de Catalogação – Parte 3.....	82
Quadro 9 – Quadro Comparativo de Estrutura do Plano Museológico.....	85
Quadro10– Sistema de Documentação no Museu de Santo André.....	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul
CIDOC – ICOM	Comitê Internacional de Documentação do ICOM
DISE	Departamento de Indicadores Sociais e Econômicos
EEPSG	Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau
EPAC	Escola Parque Arte e Conhecimento
ICOM	Conselho Internacional de Museus
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
INBCM	Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MHP	Museu Histórico Pedagógico
MINOM	Movimento Internacional para uma Nova Museologia
MSAOAG	Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa
PSA	Prefeitura Municipal de Santo André
Reprod.	Reprodução
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
SOPP	Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 SANTO ANDRÉ	
1.1 A CIDADE.....	19
1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ÁREA MUSEOLÓGICA EM SANTO ANDRÉ.....	25
2 AS INSTITUIÇÕES E SEUS ACERVOS	
2.1 MUSEU DE SANTO ANDRÉ DR. OCTAVIANO ARMANDO GAIARSA	
2.1.1 A INSTITUIÇÃO.....	27
2.1.2 O ACERVO.....	42
2.2 CASA DO OLHAR LUIZ SACILOTTO	
2.2.1 A INSTITUIÇÃO.....	43
2.2.2 O ACERVO.....	54
2.3 SABINA PARQUE ESCOLA DO CONHECIMENTO	
2.3.1 A INSTITUIÇÃO.....	55
2.3.2 O ACERVO.....	62
3 GESTÃO MUSEOLÓGICA	
3.1 MUSEUS NO BRASIL.....	63
3.2 GESTÃO MUSEOLÓGICA.....	69
3.3 CADEIA OPERATÓRIA MUSEOLÓGICA.....	73
3.4 INVENTÁRIO E CATALOGAÇÃO.....	76
3.5 PLANO MUSEOLÓGICO.....	83
3.6 GESTÃO DE ACERVOS EM REDE.....	86
3.7 PROPOSTA DE GESTÃO DE ACERVOS EM REDE.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS.....	92
ANEXOS.....	99

INTRODUÇÃO

Entretanto é preciso lembrar que a utopia, longe de ser uma visão fantástica de cérebro doentio, sonho longínquo desligado das realidades mais chãs e das raízes da Vida, é pelo contrario, uma manifestação da racionalidade humana em que o chamado “sonho” é apenas, a fase que precede ao planejamento.

Waldisa Rússio

O presente trabalho teve no seu processo de definição um ponto considerado pelo pesquisador, a sua relação profissional com as instituições que são lócus da pesquisa, e ao mesmo tempo sua trajetória de vida. A caminhada de mais de vinte anos atuando no campo de artes e cultura, muitas vezes em proximidade direta com as instituições e outras nem tanto, garantiram a isenção científica necessária e ao mesmo tempo uma compreensão das filigranas de informação que são apresentados ao longo das leituras e levantamentos documentais.

Esta citação de trajetória em relativa proximidade com o objeto de pesquisa é necessária não apenas por uma questão de ética ou transparência, mas também porque abre espaço para que se compreendam as mudanças decorridas das escolhas feitas pelo pesquisador durante os últimos dois anos.

Então, partindo do princípio, esta pesquisa propõe uma abordagem de gestão de acervos em rede para três instituições públicas na cidade de Santo André, a saber: Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa, Casa do Olhar Luiz Sacilotto e Sabina Parque Escola do Conhecimento.

Tendo trabalhado diretamente em duas destas instituições, inclusive como gestor, no caso do Museu de Santo André e da Casa do Olhar, e tendo uma experiência de ações em parceria com a Sabina, desenhou-se como um processo

natural a escolha das três como lócus, com o desejo de se propor uma reflexão sobre a gestão em rede.

O primeiro contato formal do pesquisador com a Museologia se dá em 1994, no curso de especialização lato sensu “Estudos de Museus de Arte”, do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, o que demonstra que sua relação com o campo, do ponto de vista teórico, também caminha no tempo.

A museóloga Manuelina Duarte Cândido pondera que há uma necessidade em que se dialogue a teoria com a prática, a produção do conhecimento, interagindo, interferindo na realidade. Segundo ela:

O objetivo da Museologia seria, portanto, compreender a relação entre a sociedade e sua herança patrimonial, contextualizada nos processos museológicos – preservacionistas. Uma relação que é construída, não dada, por isso a dimensão aplicada da disciplina a quem cabe não apenas interpretar os fenômenos, mas interferir neles. (CÂNDIDO; 2014: p.58)

Considerando por este viés, adotar elementos de pesquisa com os quais tenhamos proximidade é desejável e conduzido com critérios e procedimentos claros, pode gerar bons resultados.

Como grande parte da experiência do pesquisador vem da relação de trabalho, da práxis, a aplicação teórica demandou certo tempo até que pudesse ser absorvida e tratada de forma adequada.

Quando se iniciou a pesquisa havia a intenção de implantar ações de rede que pudessem articular as três instituições e assim gerar um produto final de aplicabilidade efetiva.

O que o tempo mostrou, com propriedade, é que esta proposta seria inviável pelo prazo de tempo do programa de mestrado, como também que não seria a ação que definiria a efetividade da pesquisa.

Compreendeu-se, aos poucos, que o tratamento teórico seria mais apropriado, tendo como meta apresentar diretrizes que possam ser traduzidas em práticas nas instituições que serviram como lócus da pesquisa.

Sendo assim, houve a necessidade de se rever a questão do início da pesquisa, que era:

Qual o papel que os acervos desempenham nestas instituições e como a cadeia operatória museológica é desenvolvida em cada uma delas?

Considerando, como já foi dito, que esta pesquisa propõe uma abordagem de gestão de acervos em rede para o Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa, a Casa do Olhar Luiz Sacilotto e a Sabina Parque Escola do Conhecimento, passou a se colocar a seguinte questão:

Qual o papel da gestão e da cadeia operatória museológica para estes acervos?

Com esta nova questão em mente, observou-se que o tecido em que se deve urdir esta proposta tem um fio bastante extenso e, sendo assim, a delimitação dos campos e assuntos tornou-se estratégica para o bom andamento do projeto.

Deste modo, a pesquisa trata de comentar de modo mais detido as questões relacionadas à importância de uma nova abordagem para as instituições museológicas e seus acervos, assim como o desenvolvimento de um novo olhar para a aplicação dos procedimentos museológicos como base para a preservação do patrimônio cultural.

Adotando a ideia do fio e seu urdimento, no primeiro capítulo é apresentada a cidade de Santo André, o tecido maior. Atualmente uma cidade com mais de seiscentos mil habitantes, atravessou a transição de área rural para polo industrial e se reinventa como prestadora de serviços. Sempre ocupou papel de destaque na região do grande ABC¹ paulista, especialmente na esfera cultural. Neste capítulo a proposta é apresentar a cidade e também o significado da cultura em sua existência, que justifica e abre espaço para o Museu, a Casa do Olhar e a Sabina em sua trajetória, assim como as políticas públicas locais para a área museológica.

¹ A sigla ABC remete às cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul; mas também compõe a região as cidades de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Também se utiliza a sigla ABCDMRR, mas ABC é a mais popularmente conhecida (nota explicativa do autor).

No segundo capítulo são apresentadas as instituições e seus acervos, com descritivo histórico da trajetória de cada uma delas e o perfil de cada coleção. Deve se observar que existe a necessidade de apresentar este conjunto de local e instituições, o grande pano de fundo onde se desenvolve a pesquisa, mas que o mesmo não é o objetivo deste trabalho. Toda a extensa descrição e apontamentos apresentados são importantes para que possamos visualizar as coleções a partir de seu processo de formação e na sua atual condição de armazenagem, o que se relaciona com os procedimentos de gestão. A trajetória das instituições compõe elemento rico e fascinante, mas que deve ser objeto de outra pesquisa.

Assim, tratada a cidade, as instituições e suas coleções, seguindo do mais amplo ao mais próximo do nosso fio, podemos tecer uma nova perspectiva.

Esta perspectiva é abordada no terceiro capítulo, dedicado à gestão museológica, dentro da qual se discute a gestão de acervos e a proposta de gestão em rede. Planos e diretrizes são tópicos que têm sido alvo de diversas pesquisas, mas questões da gestão sob o olhar dos procedimentos museológicos compõe um tema recente, com reduzido número de estudos e publicações específicas.

Também devemos destacar que no processo da fundamentação do trabalho a base teórica dialoga com a produção acadêmica recente.

A historiografia dos museus é riquíssima e composta por diversos autores que traçaram caminhos que até hoje nos orientam, como George Henri Rivière (1897-1985), Germain René Michel Bazin (1901-1990) ou Jacques Le Goff (1924-2014). Mas devemos considerar que “Les temps des musées” (Bazin;1967), de Bazin foi publicado pela primeira vez em 1967, o conceito de “ecomuseu” foi apresentado por Riviere na conferência do ICOM em 1971² e o livro “História e Memória” (Le Goff; 1988), de Le Goff foi publicado pela primeira vez em 1988.

O diálogo com a produção acadêmica recente considera a passagem destes aproximados trinta anos e a existência de uma massa crítica atuante, que avança um novo patamar, renovando e ampliando o conhecimento para o campo da

² George Henri Riviere apresenta este conceito juntamente com Hugues de Varine na IX Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus – ICOM realizada em 1971 em Grenoble, França (nota explicativa do autor).

museologia. Incorporar estas novas referências não apenas evidencia a importância de autores como os citados no parágrafo anterior, mas na verdade reforça esta concepção de uma trajetória cada vez mais consistente e sólida do setor museológico.

Deste modo, se espera assim confirmar a propositura inicial, que reivindica a necessidade de um novo olhar para os museus e para sua gestão.

1 Santo André

1.1 A Cidade

A cidade de Santo André está totalmente ligada à história e ao processo do que hoje conhecemos como região do Grande ABC paulista.

Os registros mais antigos citam a criação da Vila de Santo André da Borda do Campo no ano de 1553 pelo português João Ramalho, que vem ao Brasil, como muitos colonizadores, com a missão de ocupar as terras e defender os interesses da coroa portuguesa.

Naquele período havia a Vila de São Vicente no litoral e com o processo de migração de colonos para o interior foi também criada a Vila de São Paulo de Piratininga.

Uma terceira vila, esta a de Santo André da Borda do Campo, surge pelas mãos de João Ramalho, numa área de passagem entre o planalto e o litoral.

Citamos aqui SANTOS, que relata:

Em carta dirigida a Dom João III, datada de 1º de junho de 1553, Tomé de Souza assim relatou: “e ordenei outra Vila no começo do campo desta de São Vicente, de moradores que estavam espalhados por ele e os fiz cercar e ajuntar para se poderem aproveitar todas as povoações deste campo e se chama Vila de Santo André, porque onde a situei estava uma ermida deste apóstolo e fiz capitão dela a João Ramalho, natural do termo de Coimbra, que Martim Afonso já achou nesta terra quando cá veio. Tem tantos filhos e netos bisnetos e descendentes dele e não ousou dizer a V. A., não tem cãs na cabeça nem no rosto e anda nove léguas a pé antes de jantar”.

Assim nasceu a primeira unidade municipal do planalto paulista, em 8 de abril de 1553, com o pomposo título de Vila de Santo André da Borda do Campo. (SANTOS; 1992)

O trecho citado do livro “Antecedentes Históricos do ABC Paulista”, de autoria do pesquisador Wanderley dos Santos, permite observar que dois elementos desta fase vão se projetar ao longo dos anos: a figura de João Ramalho e a fundação da Vila como base para a atual cidade de Santo André. Basta observar que ainda hoje o aniversário da cidade é celebrado no dia oito de abril e que tradicionalmente na manhã deste dia a colônia portuguesa presta homenagem depositando uma coroa de flores aos pés da estátua de João Ramalho no Centro Cívico de Santo André



Figura 1 - Estátua de João Ramalho no Centro Cívico de Santo André, 2014. Foto: Nilo Mattos de Almeida. Coleção particular.

Ocorre que na época de sua existência a vila está situada em um local afastado e sofre com problemas para sua manutenção e proteção, sendo transferida em 1560 para São Paulo de Piratininga.

Há vários documentos citando os problemas na manutenção da Vila e nos valemos mais uma vez de SANTOS para citar um trecho da carta de 1557 do padre Manuel da Nóbrega:

Outra carta do padre Manuel da Nóbrega, datada de 2 de setembro de 1557, acrescenta: "Também me parece que se devia dizer a Martim Afonso e a Sua Alteza que, se quer que aquela Capitania se não despovoe de todo, que deem liberdade aos homens para que os do Campo se ajuntem todos juntos no Rio de Piratininga onde eles escolherem, e os do mar se ajuntem também todos juntos onde melhor for, por estarem mais fortes, porque a causa de despovoarem e fazerem-nos viver na Vila de Santo André da Borda do Campo, onde não tem mais que farinha e não se podem ajudar do peixe do rio porque esta três léguas daí, nem vivem em parte conveniente para suas criações, e se os deixasse chegar ao rio, teriam tudo e assossehariam". (SANTOS; 1992)

Novos registros de ocupação regular desta região só aparecem com a concessão de parte destas terras, antigas sesmarias, para a Ordem dos Beneditinos, no ano de 1889.

São instaladas na região duas fazendas: a de São Caetano, dedicada à produção de tijolos e artefatos de cerâmica e a de São Bernardo, dedicada a produção de gêneros alimentícios.

É neste cenário de uma ocupação melhor consolidada que vai se agregar a implantação da ferrovia, que tinha por objetivo levar a produção agrícola do interior do estado ao Porto de Santos.

Sua criação foi outro elemento de impacto no processo de formação da região e da cidade de Santo André em particular.



Figura 2- Estação Ferroviária de São Bernardo, atual Estação Prefeito Celso Daniel - Santo André, inaugurada em 16 de fevereiro de 1867. Hoje neste local está a passarela de pedestres. Coleção RFFSA. Acervo MSAOAG

Irineu Evangelista de Souza, conhecido como Barão de Mauá, com o apoio de José da Costa Carvalho, conhecido como Marquês de Monte Alegre e do Conselheiro José Antonio Pimenta Bueno adquire do Governo Imperial brasileiro o direito de construir e explorar por noventa anos uma estrada de ferro ligando as cidades de Santos e Jundiaí. Conforme relatado por RODRIGUES e KUNIYOSHI:

As obras foram iniciadas em 1860, em terrenos situados entre o cais do Valongo e o Convento de São Francisco, em Santos. Estavam sob a responsabilidade da empreiteira Robert Sharp & Sons, à qual coube ainda a aquisição dos terrenos necessários, a obrigação de fornecimento do material rodante e a construção de instalações e edifícios. Um grande número de trabalhadores – imigrantes, a maior parte portugueses, seguidos de italianos e espanhóis, além de escravos de aluguel foi empregado nas obras.

Um dos planos inclinados foi inaugurado em 1864 e o primeiro trem direto entre Santos e São Paulo correu em 1865. Nas duas ocasiões aconteceram acidentes que exigiram correções técnicas na linha. Finalmente, em 1867, os 139 km da estrada foram abertos ao tráfego (RODRIGUES; KUNIYOSHI, 1991).

Há um processo de industrialização que vai sendo desenvolvido a partir do século XIX com a criação e instalação de unidades fabris, voltadas inicialmente para a tecelagem.

A partir do ano de 1889 toda esta região é designada como município de São Bernardo, tendo a mesma o Distrito de Santo André, localizado em torno da Estação de Trem de São Bernardo. Esta área vai aos poucos sofrendo um processo de grande expansão e ocupação, assim como passa a exercer influência na região pelos serviços de transporte ali executados e por políticos locais. No ano de 1939 o município passa a ser denominado como Santo André.

O início do século XX vai encontrar uma região traçada pela linha do trem, elo entre capital e litoral, mas também um local habitado, com seu próprio núcleo que se torna uma mescla de imigrantes, migrantes, nativos. Local de passagem e de permanência, pode ser traduzido numa busca de afirmação de identidade que vai se intensificando ao longo dos anos, tanto pela reverência ao mito do fundador quinhentista como pela proposta de criação de um museu, como veremos mais adiante.

A partir da década de 1940 têm início os movimentos emancipacionistas, com a proposta de criação de novos municípios. Em 1945 é feita a primeira divisão e criado o município de São Bernardo do Campo. Na sequência temos em 1949 o surgimento de São Caetano do Sul e, em 1953, Diadema, Mauá, e Ribeirão Pires. Em 1964 surge o sétimo município que vem compor a região do grande ABC como se conhece atualmente, Rio Grande da Serra, que se emancipa de Ribeirão Pires.

Atualmente a cidade de Santo André ocupa uma área de 174,38 km², inserida na Sub-Região Metropolitana Sudeste de São Paulo, com população de 676.407 habitantes, conforme dados do Sumário de Dados do Município de 2011 (PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ, 2011).

Hoje se divide entre a prestação de serviços e a produção industrial, com destaque para o polo petroquímico.

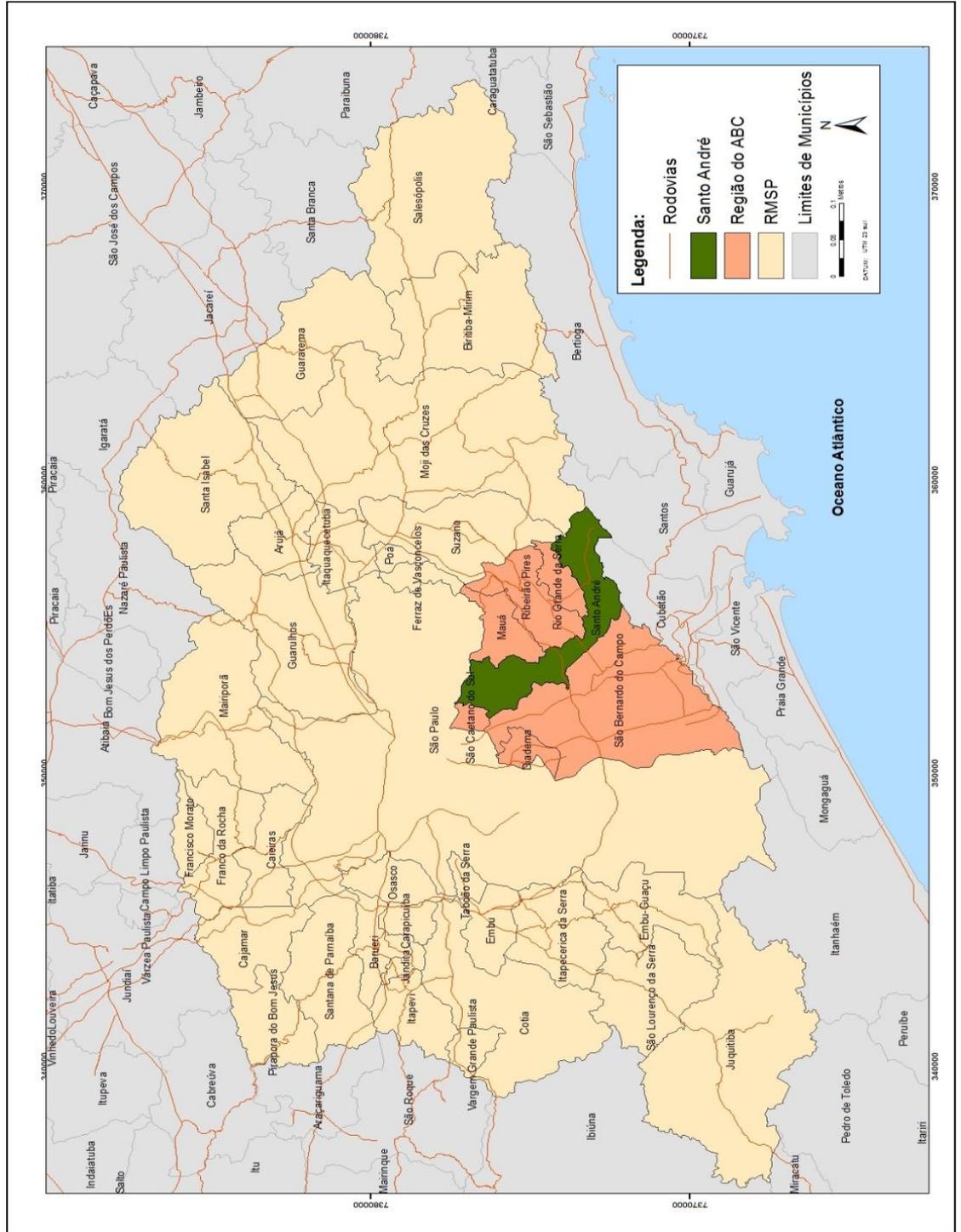


Figura 3- Localização de Santo André na Região Metropolitana de São Paulo e no ABC. Fonte: DISE/SOPP/PSA

1.2 Políticas Públicas Para a Área Museológica em Santo André

A cronologia da estruturação dos municípios do grande ABC apresentada anteriormente é relevante porque mostra que até a primeira metade do século vinte todas as atividades relacionadas à educação, cultura e política tinham seu núcleo central na área que conhecemos hoje como o centro expandido de Santo André.

O Primeiro Grupo Escolar de São Bernardo, atual prédio do Museu, construído pelo governo do estado de São Paulo, foi inaugurado em 1914, o Cine Teatro Carlos Gomes data de 1910, as primeiras unidades fabris são deste período ou anterior, a Igreja Católica constrói dois de seus templos mais significativos na região também neste período. São eles a Igreja Matriz e a Catedral de Nossa Senhora do Carmo, ambas no centro de Santo André.

O processo emancipacionista não rompe o vínculo da população com este núcleo, que ao longo dos anos consolida a cidade de Santo André como referência e polo cultural para as demais. A existência de diversos equipamentos e serviços na área de cultura não é, portanto, obra do acaso.

Cabe observar que grande parte dos equipamentos e serviços culturais presentes tem sua origem direta na primeira gestão do prefeito Celso Augusto Daniel, que traz a implantação de ações de cultura na área central e na periferia como política de governo. As ações nas áreas periféricas terão caráter de atividades como espetáculos teatrais, cursos e oficinas. As ações da área central estarão voltadas a uma programação em sintonia com as discussões de cultura do momento, mas também e principalmente pela consolidação de equipamentos culturais já existentes, como o Museu de Santo André, e a criação de novos, como a Casa do Olhar.



Figura 4 -Celso Augusto Daniel, 1989. Foto Fernando Ferreira. Coleção PSA. Acervo MSAOAG

Contudo, existe um cenário anterior em que há uma produção cultural atuante nos diversos campos, mesmo que muitas vezes caracterizada como amadora, mas que assegura a difusão das artes na cidade e na região.

Na década de 1950 existem as sociedades culturais, dedicadas à fotografia, ao teatro e a poesia. Na década de 1970 temos os movimentos de grupos teatrais amadores e também de artistas plásticos.

É destes grupos de pensadores, criadores, produtores culturais que serão fomentadas as propostas para a criação de um museu, do salão de arte contemporânea, entre outras diversas e ricas contribuições.

Poderíamos avançar por caminhos infinitos, mas compreendido o fértil solo de onde poderiam brotar vamos nos debruçar sobre três instituições e seus acervos.

2- As Instituições e Seus Acervos

2.1. Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa

2.1.1. A Instituição



Figura 5- I Grupo Escolar de São Bernardo, 1914. Coleção EEPSP Prof. José Augusto de Azevedo Antunes. Acervo MSAOAG.

O primeiro registro formal sobre a criação de um museu em Santo André está relacionado às comemorações do “IV Centenário da Fundação de Santo André”. No ano de 1950 é formada uma Comissão Geral de Festejos, que irá organizar os preparativos para a grande festa que será realizada em 1953, remetendo ao mito fundador de João Ramalho.

Entre as atribuições desta Comissão estão providenciar a execução do monumento em homenagem a João Ramalho, organizar exposição sobre a produção industrial local, promover os festejos, organizar a Biblioteca Pública e criar o Museu Histórico Municipal.

Todos os festejos são realizados, a estátua é inaugurada, mas do museu consta apenas um projeto de lei que não segue adiante.



Figura 6 - Diploma do Curso de Museologia, 1966. Acervo pessoal de Francisca Josefina de Castro

No ano de 1966 é realizado no Instituto de Educação Américo Brasiliense, atual Escola Estadual Dr. Américo Brasiliense, o curso de museologia promovido e ministrado pelo Sr. Vinício Stein Campos, diretor do Serviço de Museus Históricos da Secretaria de Estado de Negócios da Educação de São Paulo. Vinício foi o grande incentivador da implantação de Museus Histórico Pedagógicos no interior do estado de São Paulo. Estes museus tiveram sua origem em 1956, conforme nos relata MISAN:

Foi em 1956 que Sólton Borges dos Reis, então Diretor Geral do Departamento de Educação da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, propôs ao secretário Vicente de Paula Lima a criação dos primeiros museus históricos e pedagógicos (MHP): MHP Prudente de Moraes (Piracicaba), MHP Campos Salles (Campinas), MHP Rodrigues Alves (Guaratinguetá), e MHP Washington Luís (Batatais). A intenção era criar centros de memória e de pesquisa acerca da vida dos quatro presidentes republicanos oriundos do estado de São Paulo. (MISAN; 2008)

A cidade de Santo André estava incluída no grupo que receberia futuramente uma unidade museológica deste tipo. Como resultado deste curso foi criado um grupo de estudos que se dedicou a elaborar uma proposta para a criação do Museu Histórico Pedagógico Américo Brasiliense, que teve a publicação do Decreto 47.815 em 1966, mas não foi implantado. Houve até a coleta de alguns itens, mas como se verificou que o museu acabaria por atender basicamente a unidade escolar, o projeto não teve prosseguimento.

Esta proposição de um museu histórico pedagógico em Santo André ainda persiste por mais alguns anos, inclusive com a desapropriação de um imóvel na Rua Campos Salles. Este imóvel desapropriado é ocupado com outras instituições municipais, como a Promoção Social, e a partir da década de 1990 abriga a Casa do Olhar Luiz Sacilotto, como veremos mais adiante.

Neste mesmo período, no ano de 1965 ocorre a transferência para a Prefeitura de Santo André do Fundo Câmara Municipal de São Bernardo; que trata de um conjunto de documentos político-administrativos que compreende o período de 1889 a 1937. Este conjunto de documentos irá compor, futuramente, o núcleo inicial do acervo do Museu de Santo André.

A discussão é retomada já nos anos setenta, quando é solicitado a funcionários da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes da Prefeitura de Santo André estudos para a criação do Museu de Santo André. Há dois relatórios, um do ano de 1974 e outro de 1975, ambos assinados pela Sra. Maria Célia Furtado, à época assistente técnica da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Santo André, que registram este momento.

Lendo os relatórios é possível saber de visitas realizadas a museus em São Paulo, contatos com profissionais da área como a Profa. Dra. Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, que comentaremos mais adiante, e o Sr. Gerardo Brito Raposo Câmara, para consulta e aquisição de publicações especializadas como a revista *Museum* e o *Guia dos Museus do Brasil*.



Figura 7- Vista do pátio interno do Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa, 2014. Foto: Nilo Mattos de Almeida. Coleção particular.

No Relatório de 1974 é apresentado um anteprojeto que prevê o museu como uma ocupação expandida do Centro Cívico, criando um "Centro de Convívio", uma reprodução da Vila Quinhentista e um espaço dedicado aos imigrantes e as primeiras famílias.

Como dito no Relatório:

Fundamentalmente a reconstituição do passado deverá mostrar a conformação atual da cidade e principalmente orientar as mudanças futuras que acontecerão.

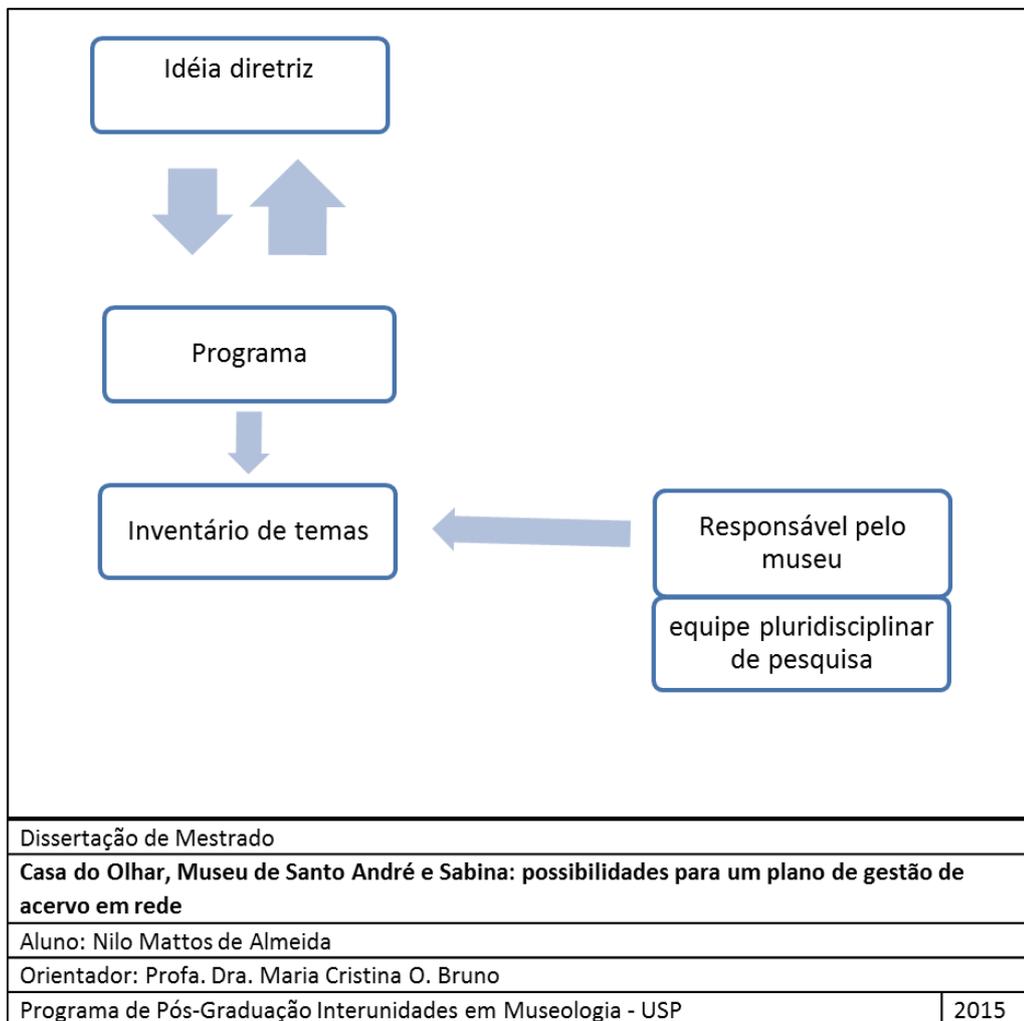
O Museu deverá ser planejado e organizado para dar ao público facilidades recreativas e educativas, serão contribuições úteis para a educação dos adultos e também para converter as horas de lazer numa experiência.

Necessariamente será algo muito dinâmico com real motivação para vida da comunidade, que promova montagens periódicas de exposições, conferências, cursos, projeção de filmes, concursos, concertos, enfim que tenha toda uma atividade constante, de tal modo que não se marginalize da comunidade. Tal dinamismo deverá ser o próprio cerne do museu, em nenhum momento poder-se-á pensar em um museu estático, sem promoções e sem integração na vida comunitária. (PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ; 1974).

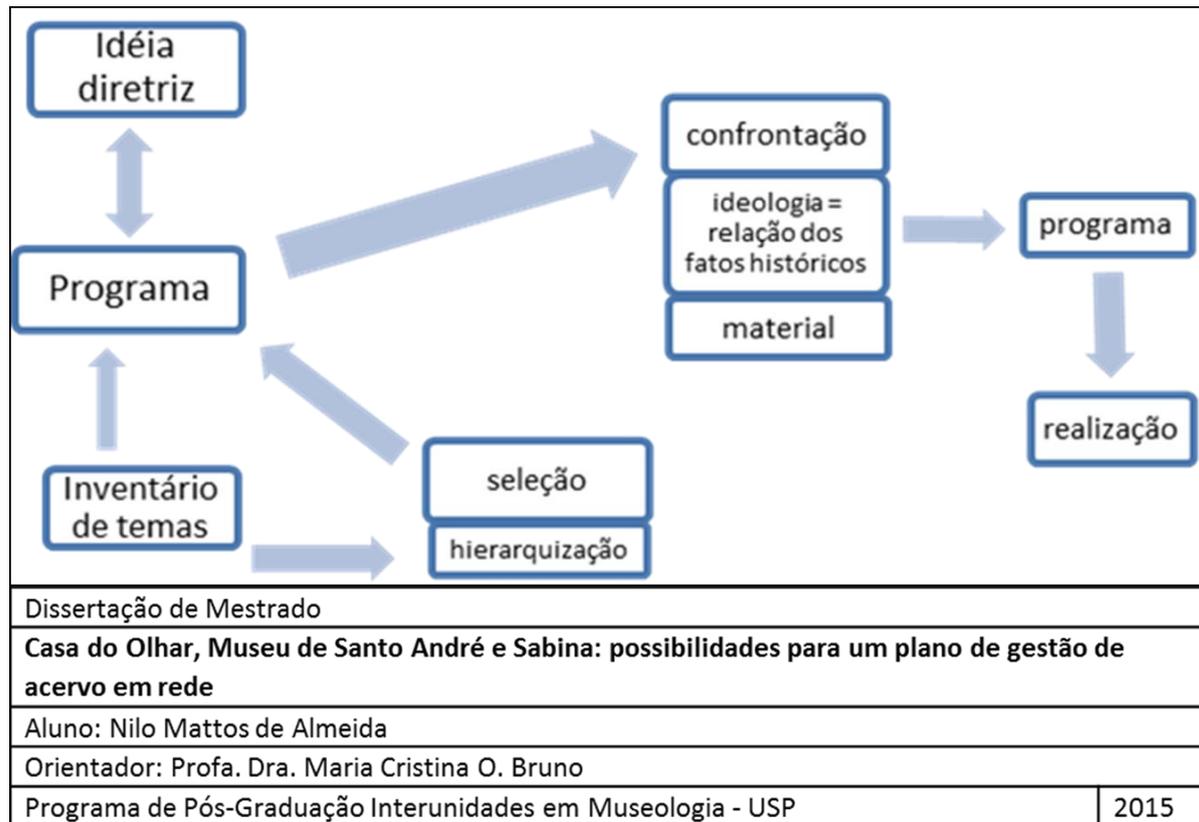
O Relatório n. 2, de 1975, já apresenta um amadurecimento do processo de estudos para implantação, sendo um documento que procura estabelecer bases teóricas, sendo citado inclusive o artigo “Problèmes du musée d'histoire”, de autoria de Jean-Yves Veillard, publicado na Revista Museum, n. 4, de 1972.

A proposta é que seja um museu de história, com uma equipe pluridisciplinar, utilizando os termos do documento. Prevê a participação de universitários, tanto alunos como professores e credita ao museu um papel como produtor de conhecimento, incentivando a criação de um “Centro de Estudos”. É apresentado um esquema conceitual para o museu.

Quadro 1 – Esquema conceitual para Museu de Santo André (1974)³



³ Tanto o Quadro 1 como o Quadro 2 apresentado na página seguinte foram criados pela equipe que elaborou os relatórios. O que se apresenta aqui é uma reprodução a partir do quadro original (nota explicativa do autor).

Quadro 2 – Esquema conceitual para Museu de Santo André Expandido (1974)⁴

Este esquema é expandido mais adiante no relatório, conforme demonstrado no Quadro 2.

E devemos citar a regra essencial:

Regra essencial: subordinar o valor estético, o valor sentimental de um objeto à sua significação histórica. O museu de história não deve ser um anexo de um museu de arte. (PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ; 1975).

O que se pode apreender deste momento é que há um projeto sendo desenhado para um museu histórico e que se procura um conceito que irá nortear o processo de aquisição e formação da coleção. Deve também se ter em mente que

⁴ Ver nota explicativa (3)

os critérios que pautarão esta orientação se voltam ao mito fundador, ao imigrante aqui traduzido como herói desbravador. A concepção histórica será pautada por uma narrativa épica, que permeará toda a trajetória da instituição. Esta visão do herói desbravador que constrói um novo mundo a partir da fundação da Vila de Santo André da Borda do Campo transmite um conceito de legado grandioso às gerações que ao longo dos anos foram construindo a história da cidade e da região.

É com este repertório e proposição em mente que no ano de 1974 é criada pela Prefeitura de Santo André a campanha “Nosso passado pode estar com você”, que tinha por objetivo coletar doações de fotografias, objetos e documentos para a composição do acervo do futuro museu.

Os objetos e documentos coletados nesta campanha, juntamente com o Fundo Câmara Municipal de São Bernardo irão compor o núcleo inicial de acervo do Museu de Santo André.



Figura 8- Cartaz de divulgação da campanha de coleta de materiais para formação do acervo do Museu de Santo André, 1988. Acervo MSAOAG.

O material coletado nesta campanha é apresentado ao público na exposição “Nosso Passado Pode Estar com Você”, no Salão de Exposições do Centro Cívico em 1976.

Dando continuidade aos esforços para implantação do museu é aberto o processo administrativo nº 37.890/76 para a permuta com o governo do estado de São Paulo do prédio da Escola Estadual Professor José Augusto de Azevedo Antunes, o antigo Grupo Escolar de São Bernardo. Havia o interesse da Secretaria de Estado da Educação em demolir o prédio do antigo grupo e no terreno construir uma nova e maior edificação, que pudesse atender a crescente demanda de alunos. Contudo houve a mobilização de antigos alunos pela preservação do prédio, que levou ao processo de permuta, já com recomendação no processo que se destinasse seu uso para o museu da cidade de Santo André.

A Prefeitura de Santo André constrói um novo prédio na Rua Tatuí, no bairro Casa Branca e propõe a permuta de um prédio pelo outro com o Governo do Estado de São Paulo.

Constam dois ofícios, de mesmo conteúdo, mas de datas diferentes que tratam desta questão. O primeiro ofício é datado de sete de outubro de 1976 e assinado pelo Prefeito Eng.º Antônio Pezzolo e o segundo datado de dezenove de julho de 1982 e assinado pelo Secretário de Educação, Cultura e Esportes de Santo André Dr. Paulo Roberto de Francisco. Os dois ofícios são destinados aos Secretários de Estado da Educação de São Paulo, o Sr. Prof. José Bonifácio Coutinho Nogueira em 1976 e o Sr. Dr. Jessen Vidal em 1982 e tratam de informar que a Prefeitura construiu um novo prédio para abrigar a Escola Estadual de Primeiro Grau Prof. José Augusto de Azevedo Antunes. Quando da emissão do primeiro ofício o edifício da Rua Tatuí havia sido concluído, mas não estava ocupado. Quando o segundo ofício é encaminhado, a escola está instalada no novo prédio e o antigo grupo se encontra em uso pela Prefeitura. Nos dois ofícios se solicita que seja efetivada a permuta dos prédios entre as duas instâncias de

governo, estadual e municipal. Ocorre que nos dois ofícios é dito que a Prefeitura pretende instalar no prédio da Rua Senador Fláquer um Museu.

Citando o ofício de 1976:

3 – A prefeitura Municipal de Santo André pretende instalar, no prédio da Rua Senador Fláquer, o seu Museu Histórico, considerando que o referido estabelecimento tem necessidade de acomodações mais amplas e apropriadas, que sua localização atualmente está mal situada (no centro comercial da cidade), que o prédio é a mais antiga construção escolar do Município e cujo estilo significa um marco dentro da nossa arquitetura;... (PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ, 1976).

O texto do ofício de 1982 é uma versão atualizada do de 1976, sendo que transcrevemos a seguir o mesmo trecho em que trata da instalação do museu:

3. A Prefeitura Municipal de Santo André pretende instalar, no prédio da Rua Senador Fláquer, o seu Museu Histórico, considerando que o referido estabelecimento tem necessidade de acomodações mais amplas e apropriadas, e o prédio é a mais antiga construção escolar do Município e cujo estilo significa um marco dentro da nossa arquitetura. (PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ, 1982).

Contudo, a ocupação pela Prefeitura não foi destinada a um museu, mas sim à Promoção Social e não constam registros de que esta mudança tenha sido discutida com o governo do estado ou com a sociedade. Tratou-se de uma decisão administrativa de gabinete, movida por questões de gestão interna da Prefeitura.

O ofício de 1982 sinaliza uma revisão da decisão de gabinete, muito provavelmente movida pelo entendimento que a transferência não seria efetivada se a proposta original não fosse acatada.

O que corrobora este entendimento é a determinação do Prefeito Lincoln Grillo no ano de 1981 para a formação da “Comissão Organizadora do Museu de

Santo André”, composta por Euclides Rocco, Helena Stamato Copini, Inajá Bevilacqua Pereira da Silva, José Roberto Janola Cyrne Filho, Luis Antonio Ferreira Gomes, Marli Camarozano Kopczynsky, Miller de Paiva e Silva, Nelson Zanotti, Octaviano Armando Gaiarsa, Wilson Roberto Stanziani de Souza. Posteriormente houve a desistência de alguns membros e a inclusão de Clovis Roberto dos Santos Filho e Marco Antonio Perrone dos Santos. Entre os membros deve se destacar a figura de Wilson Roberto Stanziani de Souza, jovem arquiteto e museólogo, morador de Santo André, que ao ser convidado a participar desta Comissão já começa a vincular sua caminhada com a do futuro museu.

A Comissão visita e seleciona três locais como possíveis candidatos a sediar o novo museu, entre eles o prédio do antigo Grupo Escolar de São Bernardo, agora utilizado pela Promoção Social. Conforme descrito em um processo aberto sobre a criação do Museu, são eles:

1) casa principal do Parque Regional “Duque de Caxias” (atual Parque Celso Daniel); 2) casa principal e outras edificações da Chácara Pignatari e 3) prédio do antigo I Grupo Escolar de São Bernardo, sediado à Rua Senador Fláquer. (PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ; 1980).

Após a visita a Comissão se manifesta em relatório, considerando os dois primeiros edifícios agradáveis, pelo fato de se localizarem dentro de parques, mas que os mesmos não dispõem de espaço suficiente para acomodar um museu e que demandariam grande investimento em obras para adequação a esta função. O local escolhido pela Comissão é o prédio do Primeiro Grupo Escolar, com a recomendação que seja denominado Museu da Cidade, por ser considerado mais abrangente.

Diante do que já foi apresentado da relação de João Ramalho com a história da cidade de Santo André, podemos considerar sua imagem como a síntese de uma linha de pensamento, onde do ponto de vista de se pensar um museu, encontra na escolha do modelo do museu histórico pedagógico, todas as condições ideais para

construir esta narrativa. Esta narrativa, já comentada no início deste texto, apresenta João Ramalho como o grande herói de uma trajetória épica, da qual todos os cidadãos deste tempo são herdeiros.

Esta linha temática terá reflexos na seleção de acervo, que irá em seu processo procurar destacar a história e os seus personagens, de algum modo enobrecidos pela linhagem (família tradicional) ou feitos (desbravamentos).

Ao mesmo tempo, a atuação de profissionais com Waldisa Rússio Camargo Guarnieri (1935-1990), que trazem um novo olhar e procuram construir uma visão contemporânea de museu, de espaço voltado ao diálogo com a comunidade, traz uma percepção que abre espaço a uma narrativa que procure dar conta de aspectos mais próximos da realidade presente, como, por exemplo, as transformações urbanas ocorridas na paisagem e no desenho da cidade ao longo dos anos.

Sempre que a discussão da importância de um museu é tornada pública, ela ocorre em sintonia com o que se discute de mais atual naquele momento.

A museóloga Waldisa Rússio teve grande atuação como educadora e militante da causa museológica. Graduada em Direito em 1959 pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Waldisa veio a se envolver diretamente com a área museológica já no final da década de 1960, quando atua organizando as estruturas jurídicas do Conselho Estadual de Cultura, em 1968, do Museu de Arte Sacra de São Paulo e do Museu da Casa Brasileira. Sua atuação tinha impacto não apenas na esfera do estado de São Paulo, mas era uma voz poderosa para o reconhecimento dos museus no país, sendo uma das responsáveis pela regulamentação da profissão de museólogo no Brasil. Foi membro do Conselho Internacional de Museus, fundadora do Conselho Regional de Museologia de São Paulo e membro da diretoria do Conselho Federal de Museologia. Teve uma carreira acadêmica que também seguia por este caminho da busca do reconhecimento dos profissionais de museologia, tendo sido a responsável pela criação do curso de pós-graduação em Museologia, que iniciou suas atividades em 1978, ligado à Escola Pós-graduada de Ciências Sociais da Fundação Escola de Sociologia e Política de

São Paulo. Há toda uma geração de museólogos formada por ela, que passaram a ocupar posições de destaque em diversas instituições pelo Brasil.

O jovem arquiteto e museólogo Wilson Roberto Stanziani de Souza foi um destes alunos de Waldisa. A sua participação desde o processo da Comissão Organizadora do Museu de Santo André, acompanhando a escolha do local sinaliza que a instituição será construída com bases sólidas. Citando RÚSSIO:

O museu é um registro de aspectos da trajetória do Homem, personagem e agente da História. Essa é sua tarefa principal, sua finalidade, que permanece imutável. O que variará no Museu são os seus recursos de comunicação, adaptados ao Homem de sua época; assim, o Museu será variável, quanto à sua forma e aos seus meios, de acordo com a sociedade. (RÚSSIO, et al. s.d. apud BRUNO; 2010: p.77).



Figura 9- Detalhe de vista da fachada do prédio do museu, tendo à frente a escultura de Minerva, 2014. Foto: Nilo Mattos de Almeida. Coleção particular.

Dentro desta perspectiva ocorre a criação do museu em sua forma legal com a lei municipal nº 5.942, em 03 de agosto de 1982. Com a criação por lei, Wilson Stanziani é contratado pela Prefeitura de Santo André como museólogo para a implantação do projeto do museu.

Após a criação legal e a contratação do museólogo, são realizadas exposições em espaços diversos da prefeitura, mas a definição de um espaço físico acontece no ano de 1988, por uma determinação do então Secretário de Educação, Cultura e Esportes, Dr. Durval Annibal Daniel, sob a denominação de Centro de Preservação do Patrimônio Histórico de Santo André.



Figura 10- Painéis da Exposição sobre o IV Centenário de Santo André ocorrida nas dependências do Museu de Santo André, quando no Centro Cívico, 1989. Coleção: PSA. Acervo MSAOAG.

Este primeiro local de implantação do museu vem a ser uma sala no andar térreo do prédio da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, no ano de 1988. Basicamente é composto por uma sala como espaço expositivo e uma sala como reserva técnica.

O núcleo da coleção neste momento é composto pelos documentos do Fundo Câmara de São Bernardo, da campanha “Nosso passado pode estar com você” e das obras de arte adquiridas nos Salões de Arte Contemporânea de Santo André, que teve sua primeira edição em 1968.

No ano de 1989 assume o Prefeito Celso Daniel, que, como já comentado, traz em seu conjunto de políticas públicas um amplo projeto para a área cultural, operando num binômio de ações descentralizadas na área periférica e a criação e valorização de equipamentos culturais no centro da cidade. Nesta lógica já existe o museu, o que falta é a instalação em local próprio. De posse de todo histórico é feita a transferência da Promoção Social para outro local e o Museu finalmente se transfere para o prédio do antigo grupo escolar em 1990, sediando o Primeiro Congresso de História do Grande ABC, evento bienal regional que continua em plena atividade.



Figura 11 - Cartaz do 1º Congresso de História do Grande ABC, 1990. Acervo MSAOAG.



Figura 12- Foto oficial do I Congresso de História do Grande ABC, realizado no Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa, 1990. Foto: David Rego Jr. Coleção: Philadelpho Braz e Vangelista Bazani. Acervo MSAOAG.

Tendo à frente de sua gestão o museólogo Wilson Stanziani, o acervo do museu é parcialmente transferido, permanecendo no Centro Cívico a coleção de arte contemporânea, que será destinada a gestão do Núcleo de Artes Plásticas, de onde sairá a Casa do Olhar, como veremos a seguir.

Deve ser observado que ao longo do tempo sempre houve pessoas se mobilizando pela criação de um museu de Santo André. Entre aqueles que compunham o grupo à época de sua criação, estava Octaviano Armando Gaiarsa, médico, vereador, que havia feito um minucioso registro fotográfico das mudanças ocorridas na área central de Santo André entre as décadas de 1960 e 1970. Foi um dos grandes entusiastas pela criação do museu e doou sua coleção de fotografias, com mais de três mil imagens para o acervo da instituição. No ano de seu falecimento, 2005, a Câmara de Vereadores em sua homenagem dedicou a ele o nome do museu, que passou desde então a se chamar Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa (SOUZA, 2012).



Figura 13- Exposição "Memória do I grupo: o capuz transparente da saúde", dez/1990. Foto: Luciene Pestana. Acervo MSAOAG

2.1.2 O Acervo

O acervo do Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa está dividido em três grandes grupos tipológicos:

- a) Material fotográfico: fotografias em tamanhos diversos, álbuns, levantamento aerofotogramétrico da cidade de Santo André.
- b) Documentos textuais: certidões, correspondências, cartões postais, documentos pessoais, documentos de órgãos públicos, documentos de instituições, plantas e mapas.
- c) Objetos tridimensionais: mobiliário, utensílios domésticos, objetos de adorno, insígnias e objetos comemorativos, ferramentas, artigos religiosos, troféus e medalhas, objetos associados à educação escolar, pinturas, esculturas.

Estes grupos tipológicos são sistematizados em coleções temáticas alinhadas à proposta de museu de cidade, tais como:

- Trabalho
- Educação
- Esportes
- Personalidades
- Indústria

Procura-se através destas linhas temáticas apreender aspectos históricos, sociais, culturais, políticos, urbanísticos, artísticos, que tracem as mudanças sofridas pela comunidade ao longo do tempo. A linha de tempo tem seu início em 1889 e segue até os dias atuais.

Em termos quantitativos, segundo levantamento de 2012, contava com um total de 39.692 itens, sendo 26.1000 de material fotográfico, 8.991 de documentos textuais e 4.601 de objetos tridimensionais. A projeção é que este número esteja próximo a 40.000 itens até o final de 2014.

2.2 Casa do Olhar Luiz Sacilotto

2.2.1 A Instituição



**Figura 14- Fachada da Casa do Olhar Luiz Sacilotto, 2014.
Foto: Nilo Mattos de Almeida. Coleção particular.**

A nova gestão do Prefeito Celso Daniel em Santo André, como já foi citado, possuía uma preocupação com o desenvolvimento de ações específicas para cada linguagem artística. Neste cenário em 1990 é contratada a artista plástica e

professora universitária Maria Paula Caetano Nogueira Rego, que vem para implantar o Núcleo de Artes Plásticas, que terá sob sua gestão o Salão de Exposições do Paço Municipal, o diálogo com os artistas da cidade, a organização do Salão de Arte Contemporânea de Santo André e a Mostra Internacional de Arte Postal. Paula Caetano já havia sido funcionária da Prefeitura e atuado na área de cultura, notadamente no projeto do Centro Cultural Infantil, espaço dedicado a atividades artísticas e culturais criado na década de 1980 no Parque Regional da Criança, onde desenvolveu exposições e oficinas de artes plásticas.

Conforme diz o documento de proposição para implantação do Núcleo de Artes Plásticas:

O Núcleo de Artes Plásticas tem por objetivo:

- reunir artistas plásticos de todas as tendências e técnicas artísticas;
 - organizar exposições;
 - incentivar a produção artística da cidade e de outras regiões do país;
 - promover e estimular o encontro entre artistas reconhecidos e iniciantes objetivando a troca de conhecimentos entre ambos.
- (PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ, Casa; s.d.).

O Salão do Paço Municipal de Santo André passa a apresentar uma programação de exposições temporárias em maior número e mais um espaço surge com a reabertura do Cine Teatro Carlos Gomes, cujo hall de entrada passa a ser utilizado para este fim. São realizadas palestras e oficinas em parceria com as Faculdades Integradas Teresa D'Ávila, tradicional instituição de ensino superior andreense, através do Curso Universitário de Educação Artística, oferecido pela instituição e no qual Paula Caetano integrava o corpo docente.

Nomes como o dos artistas plásticos Ana Tavares e Evandro Carlos Jardim, da crítica e curadora de arte Aracy Amaral vêm para ministrar palestras e cursos. São profissionais com carreiras consagradas com ampla circulação no meio cultural e artístico, podendo citar como exemplo a extensa carreira de Aracy Amaral como crítica e autora de livros referência sobre em arte brasileira como “Artes Plásticas na Semana de 22”. A presença destes artistas e críticos acaba por criar a possibilidade

de debater na cidade e na região do grande ABC as questões de artes presentes no cenário cultural do país à época.

Seguindo esta abordagem, aliada à proposta da gestão municipal de uma ação que valorizasse equipamentos culturais na área central da cidade com ênfase nas linguagens artísticas, surge o convite para que Paula Caetano implante a Casa do Olhar.

O acervo de arte contemporânea ainda se encontra sob a guarda do Museu de Santo André, estando fisicamente armazenado no Paço Municipal. No ano de 1991, com o projeto de criação da Casa do Olhar, a gestão do acervo de arte contemporânea é transferida do Museu de Santo André para o Núcleo de Artes Plásticas.

Citando CAETANO no texto do anteprojeto para ocupação do espaço:

A Casa do Olhar terá como finalidade atender unicamente a área de Artes Plásticas, com todas as suas atividades dirigidas a um público específico de interessados nesta linguagem. Deverá possibilitar não só a formação de novos artistas, mas também a divulgação, reunião e informação dos já produtores locais. (PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ, Casa; 1990).

O imóvel escolhido para abrigar este projeto foi construído na década de 1920 como residência de Bernardino de Queiroz dos Santos e sua esposa Paschoalina Guazelli. Foi posteriormente habitada pela filha do casal, Olga Guazelli e seu marido.

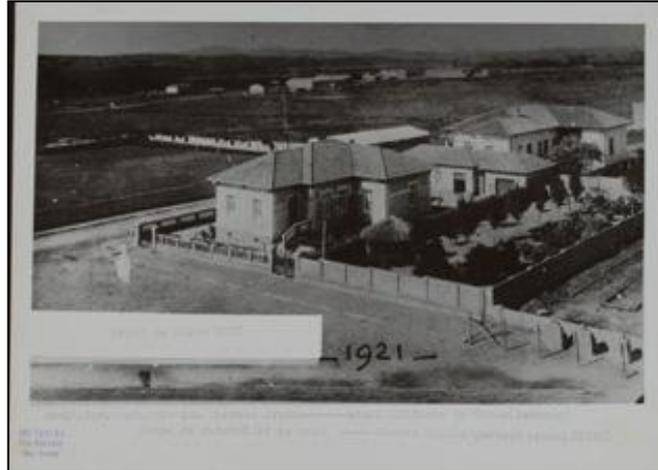


Figura 15- Residência de Saladino Cardoso Franco, atual Edifício Cristian, ao fundo residência de Olga Guazelli, atual Casa do Olhar Luiz Sacilotto, Rua Campos Sales e o campo de futebol do Primeiro de Maio. Ao fundo Companhia Ligerwood, atual Dias, foto registrada da Igreja do Carmo, 1921. Reprod.: Carlos Haukal. Coleção: Dalvira Ribeiro Cangussu. Acervo: MSAOAG

Como comentado previamente, havia na década de 1960 o interesse pela criação de um Museu Histórico Pedagógico na cidade e esta casa foi considerada para abrigá-lo, pela sua localização na área central da cidade e por pertencer a uma tradicional família local.

A Prefeitura de Santo André desapropriou o imóvel em 1968, mas não deu prosseguimento ao projeto do museu, tendo usos diversos, como a ocupação pela Guarda Municipal no final da década de 1980.

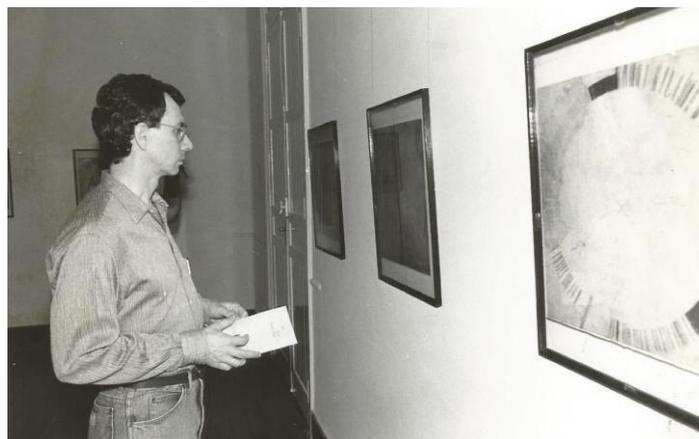


Figura 16 - Artista Marco Buti contempla suas obras em exposição de inauguração do projeto Casa do Olhar no Museu de Santo André, 1992. Acervo Casa do Olhar, PSA.

A inauguração do projeto Casa do Olhar ocorre em 29 de maio de 1992, com exposição do gravador andreense Marco Buti e palestra de Evandro Carlos Jardim. Esta ocupação no museu durou em torno de seis meses, mas evidencia o processo de inter-relacionamento que vai permeando a história destes locais.



Figura 17 - Cartaz de inauguração da Casa do Olhar, 1992. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.

Neste período são oferecidos cursos de gravura, desenho, história da arte, fotografia e performance, além de uma exposição de gravuras e da exibição de um ciclo de vídeo-arte.

Considerando o texto do anteprojeto apresentado por Paula Caetano, podemos dizer que a Casa do Olhar é pensada como equipamento irradiador da linguagem de artes plásticas pela realização de exposições, cursos e palestras.

E dentro desta proposta está o processo de inserção do acervo. Este acervo é formado por obras adquiridas como premiação no Salão de Arte Contemporânea, na Bienal de Gravura de Santo André e por doações de artistas ou mostras eventuais com caráter de premiação aquisitiva. Considerando o aspecto da tipologia dizemos

que é composto por obras de arte contemporânea, de técnicas diversas, de autoria de artistas brasileiros e com uma linha de tempo que tem seu início em 1968, quando é realizado o I Salão de Arte Contemporânea de Santo André, até os dias de hoje.

Considerando o fato que as ações de formação e difusão são priorizadas e que há poucas atividades relacionadas ao acervo propriamente dito, com exceção da realização dos “Salões de Arte Contemporânea”, pode se afirmar que a coleção acaba por ser colocada em segundo plano, sendo a programação de atividades o objetivo principal. O que se coloca aqui é que o acervo não foi tratado como o tema central a partir do qual se pudesse discutir a produção artística contemporânea brasileira. Houve uma ação muito positiva voltada ao registro de cada obra, à preparação de um arquivo com fichas dedicadas a cada artista que possuía obras no acervo, mas era um conjunto de ações que acontecia em paralelo com as atividades da Casa do Olhar, não se verifica uma dialogia.

Com esta estrutura a Casa do Olhar é inaugurada em sua sede própria, na Rua Campos Salles, em 13 de novembro de 1992, numa cerimônia em que se destaca a figura do artista plástico Luiz Sacilotto.

Esta ocupação durará até o ano de 1993, quando todas as atividades relacionadas à Casa do Olhar são transferidas a outro espaço cultural, localizado no mesmo quarteirão, a Casa da Palavra, voltado à literatura. Durante o período de 1993 a 1997 este espaço será renomeado como Casa da Palavra e do Olhar, abrigando os dois projetos culturais. O acervo artístico é transferido para o Centro Cívico, sendo armazenado em um espaço no Saguão do Teatro Municipal de Santo André. O motivo desta transferência está associado a uma mudança na gestão municipal, quando o prefeito eleito em 1993, Dr. Newton da Costa Brandão, transfere o uso do imóvel da Rua Campos Sales para a Promoção Social Municipal, onde passam a ser prestados serviços de assistência social a população.

No ano de 1997 há uma nova mudança de gestão municipal, sendo Celso Daniel reconduzido ao cargo de prefeito de Santo André.

Entre os anos de 1997 e 1998 a gestão da área de artes plásticas é feita pela arte educadora Ana Angélica Albano e pelo artista plástico Antonio Carlos Rodrigues, conhecido como Tuneu, sendo que há uma intenção de explorar a condição dos projetos unificados da Casa do Olhar e da Casa da Palavra num mesmo espaço. No ano de 1998 há uma nova substituição e Paula Caetano retorna como coordenadora da área de artes.

Nesta nova fase é feita a reconfiguração dos projetos originais da primeira gestão de Celso Daniel, sendo a Casa da Palavra mantida no imóvel da Praça do Carmo e a Casa do Olhar retornando ao imóvel da Rua Campos Sales.

A reinauguração da Casa do Olhar acontece em nove 09 de setembro de 1998, quando é criada e apresentada ao público a Comissão Consultiva da Casa do Olhar, composta pela artista e professora universitária Agda Carvalho, o jornalista Alexandre Polesi, o arquiteto Jorge Bonfim, a jornalista e escritora Lucia Sauerbronn, o artista Luiz Sacilotto, o artista Saulo de Tarso e a própria Paula Caetano. Deste período de transições o acervo permanece armazenado no Centro Cívico. O local de armazenagem é uma sala fechada na área do Saguão do Teatro Municipal, que foi adaptada para receber o acervo, com a instalação de suportes de madeira e a colocação de portas duplas para facilitar o manuseio e transporte de obras. A situação delicada ficava no fato deste espaço ser próximo ao Café existente no local. A proximidade de uma área de manipulação de alimentos e diversos pontos de encanamentos hidráulicos tornavam o local inadequado para a segurança do acervo. Poderia funcionar como uma alternativa provisória até a destinação para um espaço concebido efetivamente como reserva técnica, mas a situação de fragilidade institucional da própria Casa do Olhar fez com que este período de guarda no Paço de Santo André durasse alguns anos.

Um elemento que é importante observar deste momento é o destaque que o artista Luiz Sacilotto passa a ocupar, como uma proposta que irá fundamentar um pensamento estético para orientar as ações da Casa do Olhar.

Analisando esta programação de reabertura, que ocorre entre os dias 9 e 26 de setembro de 1998, Sacilotto aparece compondo a Comissão Consultiva, com uma exposição de estudos e numa conversa com o também artista Mauricio Nogueira Lima.



Figura 18 - Instalação de totem da Casa do Olhar, 1998. Acervo Casa do Olhar, PSA.

Arte contemporânea, fotografia e gravura são formas de expressão que serão muito enfatizadas também, em grande parte como elementos próprios. Algumas referências que aparecem nesta fase de recomeço: Ligia Clark, Hélio Oiticica, Roland Barthes e Sacilotto.

Isto terá um impacto na gestão do acervo, porque ele é em sua maior parte formado pelas obras adquiridas no Salão de Arte Contemporânea de Santo André, e trata-se de uma contemporaneidade que vai se deslocar ao longo dos anos. Pode

se compreender que dialogar com a produção artística do final da década de 1960 e o final da década de 1990 pressupõe contemplar e trazer à discussão a passagem do tempo, mas estas questões não aparecem em propostas realizadas no período.

Ao contrário, a partir deste processo de reabertura do espaço, a ênfase na obra de Sacilotto procura estabelecer um padrão de conteúdo e estética para a produção artística que será exposta, mediada e multiplicada pela Casa do Olhar. Sacilotto é sem dúvida um dos grandes artistas plásticos brasileiros e nome de referência da arte concreta, mas durante sua vida nunca teve uma projeção equivalente dentro do cenário cultural andreense e mesmo da região do grande ABC. Como conseguiu construir uma sólida carreira artística, mantendo-se morador de Santo André, este reconhecimento local nunca foi algo que impactasse diretamente em sua vida, ao menos aparentemente. Este reconhecimento surge no final de sua vida.



Figura 19- Luiz Sacilotto em seu ateliê, 1997. Foto: David Rego Jr.
Coleção: PSA. Acervo MSAOAG.

Após as ações a partir de 1998 com a reabertura da Casa do Olhar, Sacilotto é homenageado com um conjunto de eventos no ano 2000, que incluem uma grande mostra no Salão de Exposições do Paço Municipal, lançamento de livro sobre sua obra de autoria do crítico de arte Enock Sacramento, instalação de esculturas em locais públicos da cidade. Uma rua da área central, a Rua Coronel Oliveira Lima, que já havia sido transformada em passeio de pedestres, popularmente conhecido

como “calçadão”, sofre um processo de reurbanização e ganha piso com desenho de Sacilotto, além de uma escultura de sua autoria.

Algum tempo depois a saúde de Sacilotto declina e o artista vem a falecer em 2003. Neste mesmo ano, após sua morte, a Câmara de Vereadores de Santo André decide homenageá-lo e através da Lei Municipal nº 8.504 de 07 de junho de 2003, sancionada pelo Prefeito João Avamileno, nomeia o endereço da Rua Campos Sales como Casa do Olhar Luiz Sacilotto.

Nesta trajetória começam a surgir problemas de conservação no prédio, observando que se trata de uma casa do início do século vinte e que não constavam registros de algum trabalho de reforma ou reparos significativos nos últimos trinta anos, mas ao contrário registraram usos e intervenções diversas. O estado de conservação foi se agravando a um ponto crítico, quando se conseguiu recursos da Prefeitura de Santo André para a realização e execução de obra de restauro, que teve início em 2005. A Casa do Olhar foi então fechada e reaberta em 26 de abril de 2007.

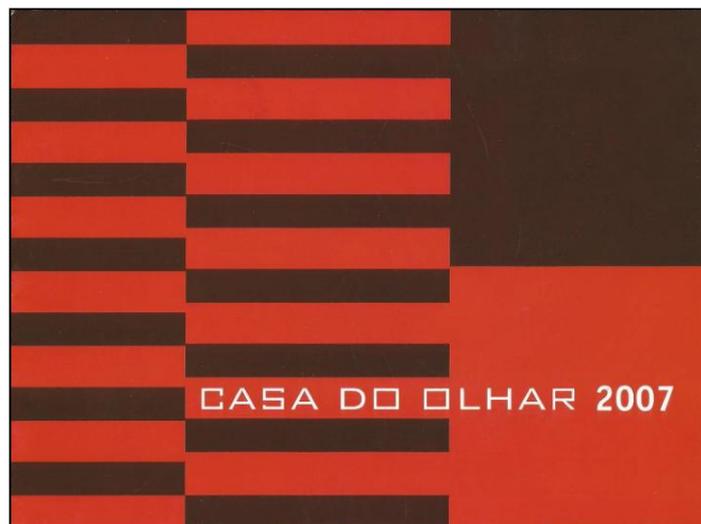


Figura 20- Detalhe do Programa de reabertura da Casa do Olhar, frente, 2007. Coleção particular.



Figura 21-Detalhe do Programa de reabertura da Casa do Olhar, parte interna, 2007. Coleção particular.

Nesta nova etapa o acervo é transferido do Paço Municipal e instalado em reserva técnica própria na Casa do Olhar, onde permanece até hoje.

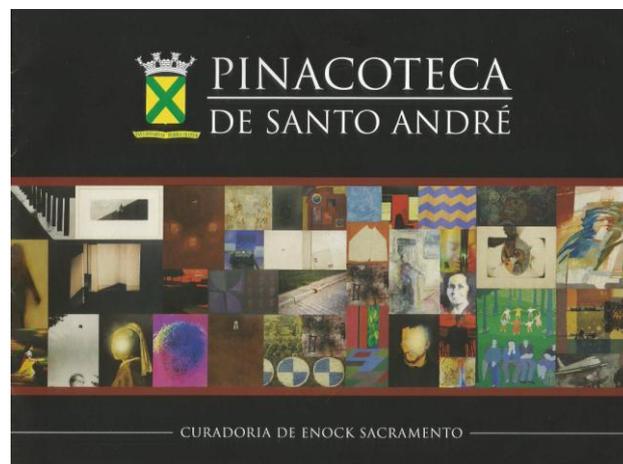


Figura 22 - Capa do catálogo de inauguração da Pinacoteca de Santo André, 2013.

Deve se constar que no ano de 2013 foi criado um espaço expositivo no prédio da Biblioteca Municipal Nair Lacerda, no Centro Cívico, denominado Pinacoteca de Santo André. Não consta criação legal deste local, sendo então considerada para esta pesquisa que a base do acervo artístico é a Casa do Olhar, sendo a Pinacoteca um espaço expositivo de extensão da mesma.

2.2.2 O Acervo

O acervo da Casa do Olhar Luiz Sacilotto está dividido em três grandes grupos de origem:

- a) Salão de Arte Contemporânea de Santo André: obras adquiridas como premiação no Salão, cuja primeira edição aconteceu no ano de 1968. Este evento teve uma interrupção no período de 1976 a 1982, mas depois foi retomado e continua ocorrendo anualmente, sendo fonte regular de ampliação da coleção.
- b) Bienal de Gravura de Santo André: evento que teve cinco edições: 2001, 2003, 2005, 2007 e 2010, sendo interrompido. Possui gravuras de artistas brasileiros e alguns estrangeiros que participaram das bienais. Há obras adquiridas por premiação e por doação.
- c) Doações: obras doadas por artistas convidados que participaram de exposições e mostras realizadas na Casa do Olhar ou no Salão de Exposições.

Estes grupos são sistematizados em tipologias vinculadas a técnica artística de execução:

- Desenho
- Pintura
- Gravura
- Escultura
- Objeto

O conjunto das obras permite traçar um painel da produção artística brasileira dos últimos quarenta anos.

Em termos quantitativos, segundo levantamento de 2013, contava com um total de 815 obras, distribuídas entre as diversas técnicas citadas (PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ, Catálogo; 2013).

2.3 Sabina

2.3.1 A Instituição



Figura 23- Pinguinário da Sabina, 2014. Foto: Nilo Mattos de Almeida. Coleção particular.

A Sabina – Parque Escola do Conhecimento tem como proposta ser um grande espaço voltado ao conhecimento científico e cultural. Possui um acervo que inclui espécies vivas, como pinguins, obras de arte e equipamentos científicos, como um Planetário.

Os estudos para implantação do projeto tiveram início em 2001 e a proposta naquele momento se chamava Escola Parque Arte Ciência – EPAC. Era um projeto desenvolvido pela Secretaria de Educação em articulação com a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Secretaria de Governo da Prefeitura de Santo André.



**Figura 24- Vista da área dedicada aos dinossauros na Sabina, 2014.
Foto: Nilo Mattos de Almeida. Coleção particular.**

Foi criado um grupo de trabalho composto por representantes destas Secretarias, que se reuniram periodicamente em 2002 e 2003. Com o desenvolvimento do projeto, foi definido que o mesmo ficaria sob a gestão da Secretaria de Educação, que iniciou as obras para construção do prédio em 2004. Conforme documento divulgado durante o processo de construção, na época a EPAC:

Será construída em uma parte do atual Parque Central e tem como objetivo o enriquecimento do trabalho desenvolvido pela rede escolar municipal, proporcionando as mesmas oportunidades de construção do conhecimento e de ampliação do repertório cognitivo, referentes ao real e significativo conhecimento de Ciências, Arte e Tecnologia, a todos os alunos matriculados na rede municipal, independente da idade, grau de escolaridade, etnia e classe social. (PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ, EPAC; 2004)

As obras de construção levaram aproximadamente três anos e ao longo deste caminho o nome sofreu alteração, passando a se chamar Sabina - Escola Parque do Conhecimento. Foi inaugurado no dia 11 de fevereiro de 2007, e conforme documento da época:

Sabina pretende contribuir para a formação de uma visão integral e multidisciplinar do conhecimento. Visitar Sabina é fazer um passeio pela trajetória da vida no tempo e no espaço e pela evolução humana

como espécie cultural. Aqui é mostrada a evolução do universo até o surgimento da vida na Terra, os seres vivos atuais e extintos, a vida microscópica e o Homo sapiens. (PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ, Sabina; 2007)

A documentação localizada sempre apresenta Sabina como um espaço para além da sala de aula, mas prioritariamente vinculado à educação.

A percepção da relação deste espaço com a museologia aparece em documento produzido por Cleuza Rodrigues Repulho no ano de 2007 para o Prêmio Mercocidades de Ciência e Tecnologia. Cleuza era a Secretária Municipal de Educação e Formação Profissional de Santo André e participou ativamente da implantação deste projeto, juntamente com Solange Ferrarezi, também na época Secretária Adjunta Municipal de Educação e Formação Profissional.

Em trecho do documento elaborado por Cleuza para o Prêmio Mercocidades, sobre a Sabina e os museus é dito:

Sabina - Escola Parque do Conhecimento - é um espaço destinado à ampliação dos conhecimentos trabalhados pela escola, estimulando a cultura científica e artística, aguçando a curiosidade e o questionamento.

Caracterizada como um “museu” do conhecimento, sua concepção compreende o ser humano como mais um ser vivo do Planeta, com a peculiaridade do ser cultural, o qual produz conhecimento científico, desenvolvimento tecnológico e expressões artísticas. Os experimentos, aparelhos e equipamentos tecnológicos do acervo, assim como a metodologia e atuação dos monitores, proporcionam um diferencial para o aprendizado de crianças, jovens e adultos, de forma interativa e prazerosa. (REPULHO; 2007)

Apesar de não ser assumidamente, do ponto de vista formal, institucional, identificada como um museu, toda a estrutura e práticas remetem a uma estrutura museológica. Inclusive do ponto de vista arquitetônico.

O complexo é de autoria do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, que foi especialmente contratado pela Prefeitura de Santo André para desenvolver o

projeto. Paulo formou-se em 1954 em Arquitetura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e integra uma geração de arquitetos que abraçou a modernidade em seus projetos, o que pode ser aqui traduzido como o uso de novos materiais e tecnologias e a busca pela simplicidade e uso generoso dos espaços, sempre procurando a integração das pessoas neles.

Foi premiado em 2006 com o Prêmio Pritzker, o mais importante da arquitetura mundial e entre outras coisas foi responsável pelo projeto do Museu Brasileiro da Escultura e pela revitalização arquitetônica da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Estas experiências do arquiteto em projetos tão expressivamente vinculados a museus permitem considerar que possam ter sido levadas em conta no momento do convite feito pela Prefeitura de Santo André.

Como apoio desta argumentação que há uma base museológica no projeto, o arquiteto refere-se à Sabina como um museu-escola, sendo a solução encontrada para a edificação que ela transmitisse a ideia de uma grande pedra flutuando sobre o parque. Segundo Rocha (2007): “É uma construção enigmática, que tem por objetivo seduzir as crianças para o universo do conhecimento”.

Os textos oficiais, porém, sempre apresentam a Sabina como uma extensão da sala de aula. Citando trecho do folder de Planejamento 2014:

Proporciona prioritariamente aos alunos e professores da rede pública municipal um espaço para experimentação e desenvolvimento de projetos, possibilitando a extensão do conhecimento para além da sala de aula. (PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ, Sabina, 2014)

O conjunto de atividades e exposições apresentadas terá como tema principal as ciências e o estímulo à construção do conhecimento, pode se afirmar pelos conteúdos apresentados.

Tendo sido uma edificação projetada para o uso a ela destinado, estabelece aqui uma diferença em relação ao Museu de Santo André e Casa do Olhar, edificações adaptadas para abrigar estruturas museológicas.

Composto por um pavilhão de 11.000 m² cujos andares são interligados por rampas e está dividido por áreas relacionadas ao conhecimento científico e as artes. São cinco áreas ao todo:

- Ciências da Terra, Ambiente e Sustentabilidade
- Ciências da Vida
- Ciências e Tecnologia
- Arte e Comunicação
- Planetário e Teatro Digital de Santo André

Dispersos entre estas áreas se encontram módulos de experimentos científicos de física, o pinguinário, relógio de areia, uma nave simuladora, um mapa gigante da cidade de Santo André, entre outros muitos e diversos módulos interativos.

Na inauguração em 2007 foi realizada a exposição “Luiz Sacilotto operário da forma”, que contou com 74 trabalhos do acervo da família do artista e três obras que seriam incorporadas a Sabina, duas esculturas e uma pintura de grandes dimensões.

Em outro trecho do documento elaborado por Cleuza para o Prêmio Mercocidades consta o seguinte comentário sobre a presença da obra de Luiz Sacilotto na inauguração da Sabina:

Exposições temporárias aprofundarão a relação entre arte e ciência e, Luis Sacilloto, um artista andreense cujo trabalho é exemplo do uso da razão e criatividade, foi escolhido para a primeira exposição. A arte concreta e a geometria conversam em suas obras. Suas telas e gravuras parecem ter volume como suas esculturas, iludindo nossos sentidos. Os visitantes podem recriar as obras de Luis Sacilloto através das oficinas e interagir através de computadores e obras sonorizadas. (REPULHO; 2007)



Figura 25- Esculturas e painel de Sacilotto na Sabina, 2014. Foto: Nilo Mattos de Almeida. Acervo particular.



Figura 26- Nave Simuladora, 2014. Foto: Nilo Mattos de Almeida. Acervo particular.



Figura 27- Vista da área "Ciências e Tecnologia", com módulos de experimentos científicos, 2014. Foto: Nilo Mattos de Almeida. Acervo particular.

Devemos observar que o espaço foi concebido para atender especificamente a Sabina, não se trata de um edifício adaptado, mas de um local construído para a descoberta, a experimentação e a fruição do conhecimento. Todos os temas abordados, tanto os relacionados ao campo das artes como o das ciências ditas exatas, são apresentados como pontos de partida para que o visitante possa construir seu próprio repertório intelectual.

Ao mesmo tempo a instituição está estruturada como parte da Secretaria Municipal de Educação, que leva a adoção de uma abordagem predominantemente pedagógica, escolar, sem espaços para o campo acadêmico de pesquisa.

2.3.2 O Acervo

O acervo da Sabina Parque Escola do Conhecimento Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa está dividido em cinco áreas em conformidade com aquelas criadas e vinculadas a campos do conhecimento e das artes:

- a) Ciência da Terra, Ambiente e Sustentabilidade: abriga equipamentos com efeitos sonoros e visuais que simulam fenômenos da natureza.
- b) Ciências da vida: abriga o acervo vivo, composto por aquário, pinguinário e serpentário, além de espaço com dinossauros animatrônicos e campo que simula escavação arqueológica.
- c) Ciências e Tecnologia: espaço com módulos para experimentos e simulações que discutem questões vinculadas a Física, Química e afins.
- d) Arte e Comunicação: apresenta um conjunto de instrumentos sonoros interativos, espaço sobre orquestra e obras de arte de Luiz Sacilotto, sendo duas esculturas e uma pintura de grandes dimensões.
- e) Planetário e Teatro Digital de Santo André: equipamento específico para apresentações dedicadas à astronomia.

Assim como o Museu de Santo André vive o dilema entre viver a nova museologia e dialogar com os mitos do passado, a Casa do Olhar procura caminhar entre as diversas possibilidades da arte contemporânea para além da obra de Sacilotto, a Sabina, sendo o mais novo dos três equipamentos, concebida para o novo, também confronta o rito da pedagogia e da burocracia.

São situações que foram construídas ao longo do tempo e não se deve aqui procurar vilania ou qualquer antagonismo que possa apresentar vítima ou algoz. O fato de serem equipamentos públicos e de haver uma referência, um legado cultural, garantiu a perenidade. Agora o que se propõe é um caminho, através da gestão museológica, dos acervos em rede, que possa oferecer novas possibilidades para a preservação, a produção e o compartilhar do conhecimento a partir destes acervos tão significativos.

3 Gestão Museológica

3.1 Museus no Brasil

No Brasil os museus tem seu início com a criação da Casa de História Natural, conhecida como Casa dos Pássaros, fundada em 1784 pelo vice-rei Dom Luís de Vasconcellos e Souza no Rio de Janeiro. Era composto por uma coleção de aves empalhadas, em sua maioria por Francisco Xavier Cardoso Caldeira, conhecido como Francisco Xavier dos Pássaros. Com a vinda da família real para o Brasil, a instituição foi extinta em 1813 e seu acervo foi transferido para o Museu Real, criado oficialmente em 1818, que se tornou aquele que é conhecido hoje como o Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Sob o apoio da Família Real também é criada em 1816 a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, que anos depois se tornou aquele que conhecemos hoje como o Museu Nacional de Belas Artes, além do Museu da Marinha em 1868, do Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838 e o Museu do Exército em 1864.

Também surgem outras instituições pelo país, das quais destacamos o Museu Paraense Emilio Goeldi em Belém do Pará em 1876 e o Museu Paulista em São Paulo em 1895.

CHAGAS e NASCIMENTO JUNIOR, quando tecem um percurso desta trajetória inicial dos museus brasileiros, já indicam que desde aquele período havia um compromisso com as funções de pesquisa, preservação e comunicação:

Este breve esboço da constituição da imaginação museal no Brasil permite compreender que, mesmo antes do surgimento das universidades e dos institutos públicos de preservação do patrimônio cultural, os museus já exerciam as funções de pesquisa, preservação, comunicação patrimonial, formação e capacitação profissional. (CHAGAS; NASCIMENTO JUNIOR: 2010; p. 36)

O advento da mudança política com a República traz uma preocupação, mas mantém esta vinculação dos museus como órgãos de pesquisa e acresce uma necessidade que os novos museus possam ser portadores de uma narrativa que traga uma identidade nacional, um novo projeto de país.

Deste período surgem o Museu Histórico Nacional em 1922 no Rio de Janeiro, e criados vinculados a ele surgem o Curso de Museus por Gustavo Barroso em 1932, que seria a semente da Faculdade de Museologia, e a Inspetoria de Monumentos Nacionais em 1934, que seria o primeiro organismo público nacional dedicado ao patrimônio cultural.

No ano de 1936, Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde, pede a Mário de Andrade a elaboração de um anteprojeto de Lei para salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro. Junto com o advogado Rodrigo Franco Melo de Andrade, Mário elabora o instituto denominado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que terá em Rodrigo seu primeiro presidente. Apenas em 1970 torna-se o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Durante todo este período trata tanto do patrimônio cultural como dos museus.

O período entre as décadas de 1940 e 1950 é marcado pela Segunda Guerra Mundial, que mobiliza tanto a Europa como as Américas.

Como um esforço dos vários países de superar e encontrar soluções em comum após o fim da Segunda Guerra Mundial, entre vários órgãos internacionais é criado em 1946 o Conselho Internacional de Museus (ICOM), uma organização não governamental dedicada aos museus em países que mantém relações formais com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

O Brasil filia-se ao ICOM em 1948 e participa de vários encontros internacionais da área museológica.

A gestão das instituições ao longo de todo este período está vinculada a procedimentos de registro e controle dos itens que estão armazenados. As coleções têm registros que permitem sua identificação e localização, mas o conteúdo de

pesquisa é sempre vinculado ao estudioso que desenvolve um trabalho sobre a mesma.

A gestão das coleções, sua forma de armazenagem e exibição, por sua vez, está vinculada aos responsáveis pelos museus naquele momento, podendo ter denominações como administradores, gestores ou curadores.

A concepção do museu como uma estrutura que se divide em várias áreas, que necessitam de práticas e profissionais específicos é recente. E a gestão específica da coleção também é algo recente.

Estas novas concepções vão começar a criar forma a partir da década de 1960, como uma discussão que procura compreender o papel dos museus no mundo contemporâneo.

Dois trechos de uma entrevista deste período concedidos por Hughes de Varine-Bohan muito bem exemplificam o que se diz aqui:

Em meu entender o museu atual deve ser considerado como um banco de objetos a serviço da sociedade. Este banco de objetos tem por finalidade acumular certo número de dados sob a forma de objetos, de documentos de duas ou três dimensões, que se reúnem, classificam, documentam, inventariam, rotulam, conservam, restauram... de tal forma que a todo momento estão disponíveis para qualquer pessoa que tenha necessidade de se servir deles: de se servir deles e não simplesmente de vê-los. Em resumo: trata-se do museu como meio, como instrumento. (VARINE-BOHAN; 1979: p. 19)

É por este motivo que surge a necessidade de criar um novo conceito de museu em que cada indivíduo possa encontrar os elementos básicos para seu desenvolvimento enquanto ser humano e membro duma sociedade muito complexa como a atual. Assim o museu do futuro terá de ser uma obra coletiva e cooperativa, em que todo o membro da comunidade ocupe o lugar que lhe pertence. (VARINE-BOHAN; 1979: p.81)

Dentre estes encontros, acontece a Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, onde tem início o Movimento da Nova Museologia (MINOM) que se consolida

nos anos 80. México, França, Suíça, Portugal e Canadá serão inicialmente os formuladores desta nova concepção.

Este encontro é de uma importância única pelo fato de evidenciar uma discussão que já vinha em andamento sobre o papel social dos museus e dos profissionais que atuam nestas instituições. Há uma ampliação da abordagem sobre as possibilidades da musealização, uma ruptura com a concepção do museu como templo e a busca e inclusão de locais e patrimônios que dialogassem com as diversas realidades contemporâneas. Conforme relata SANTANA:

Em 1972 a UNESCO realizou uma mesa-redonda, em Santiago do Chile sobre o papel dos museus na América Latina contemporânea. O encontro registrou um momento histórico porque todos os convidados para a mesa eram latino-americanos, diferentemente de outros anteriormente realizados em que especialistas europeus é que falavam sobre museus latino-americanos.

Duas noções se destacam como essenciais deste encontro: a de *museu integral*, considerando a “totalidade” dos problemas da sociedade, e a de *museu como ação*, ou seja, como instrumento de mudança social. (SANTANA; 2011)

Sobre este aspecto da musealização como prática social, cabe citar mais uma vez CHAGAS e NASCIMENTO JUNIOR:

A musealização como prática social específica derramou-se para fora dos museus institucionalizados. Tudo passou a ser museável (ou passível de musealização), ainda que nem tudo pudesse, em termos práticos, ser musealizado. A imaginação museal e seus desdobramentos (museológicos e museográficos) passaram a poder ser lidos em qualquer parte onde estivesse em questão um jogo de representações de memórias corporificadas. Casas, fazendas, escolas, fábricas, estradas de ferro, músicas, minas de carvão, cemitérios, gestos, campos de concentração, sítios arqueológicos, notícias, planetários, jardins botânicos, festas populares, reservas biológicas – tudo isso poderia receber o impacto de um olhar museológico. (CHAGAS; NASCIMENTO, 2010: p. 41)

A outra grande mudança para a área museológica no Brasil acontece em pleno início do século vinte e um, quando em 2003 é lançada a Política Nacional de Museus, com a adoção de um sistema que se desvincula da preservação do

patrimônio cultural, o que é formalizado em 2009 com a criação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM pela Lei Federal nº 11.906. Caberá ao IBRAM propor e gerir as políticas públicas para a área museológica, assim como administrar os museus federais, que se encontravam sob gestão do IPHAN.

Uma das diretrizes da Política Nacional de Museus, em seus Eixos Programáticos, estabelece a criação do Sistema Nacional e de sistemas estaduais, conforme descrito a seguir:

1. Gestão e Configuração do Campo Museológico
- 1.1. Implementação do Sistema Nacional de Museus e incentivo à criação de sistemas estaduais e municipais de museus e outras instituições de memória. (IBRAM; 2013)

Esta diretriz será transformada em prática legal com a aprovação do Estatuto dos Museus, Lei Federal nº 11.904.

Esta legislação de que trata o IBRAM tece orientações para os sistemas de museus, indica padrões normativos para fins de identificação institucional e condições básicas de funcionamento e procedimentos.

Para concluir esta etapa federal temos de citar do ano de 2013 a aprovação do Decreto Federal Nº 8.124, que regulamenta as Leis Federais nº 11.906 e nº11.904. Relacionado a este Decreto foi posteriormente publicada a Resolução Normativa Nº 01, de 2014, que regulamenta os artigos 11 e 12 do mesmo e institui o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados (INBCM).

Este conjunto de leis federais é de extrema importância porque ao mesmo tempo em que dá diretrizes, procedimentos e normatiza o setor, também dá reconhecimento e insere de modo expressivo a questão dos museus na agenda de políticas públicas nacionais.

O que nos leva a procurar então quais os encaminhamentos ou cenários existentes na esfera estadual em São Paulo.

O Estado de São Paulo já possuía o Sistema de Museus do Estado de São Paulo, criado pelo Decreto Estado Estadual nº 24.634 de 1986.

Este sistema tem por sua vez uma antecedência vinda dos Museus Histórico Pedagógicos, tratados anteriormente. Sobre esta passagem, cabe citar Ávila:

Após o período de criação e implantação dos Museus Históricos e Pedagógicos (entre as décadas de 1950 e 1970), já na década de 1980 a Secretaria de Estado da Cultura empreendeu várias tentativas de aprimorar estas instituições, chegando aos primeiros esforços para municipalizá-las, ou seja, transmitir a posse legal dos acervos estaduais aos municípios. Por volta dos anos de 1981 e 1982 intensificaram-se os estudos e diagnósticos sobre estes museus do interior, tornando-se cada vez mais clara a necessidade de reflexão sobre real papel destes junto às comunidades locais e a pertinência em mantê-los como equipamentos vinculados ao governo do Estado. Em 1986, por meio do Decreto nº 24.634, de 13 de janeiro, foi criado o Sistema de Museus do Estado de São Paulo, tendo como um de seus objetivos “promover a adoção de medidas visando à gradual municipalização de museus estaduais localizados no interior do Estado”, evidenciando a intenção em doar estes acervos aos municípios que os formaram. (ÁVILA; 2014)

Uma das ações que o governo estadual executa é a revisão deste sistema, que culmina com a criação do Sistema Estadual de Museus de São Paulo, através do Decreto Estadual nº 50.941 em 2006, já em alinhamento com a Política Nacional de Museus.

Esta proposta no Estado acontece com seguida por uma mudança de prática de gestão dos museus, quando passa a se adotar a celebração de contratos com Organizações Sociais, com possibilidade de permitir a Secretaria de Estado da Cultura dedicar-se a formulação de políticas públicas para a área museológica, conforme relata MIZUKAMI:

A princípio, nesses quase dez anos de experiência de gestão dos museus próprios da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo por meio de contratos de gestão celebrados com Organizações Sociais, percebe-se uma consolidação nos orçamentos para a área de museus, visto que todos possuem agora um orçamento próprio e garantido para os anos de vigência do contrato de gestão, permitindo

assim um planejamento em prazo mais longo em conjunto com a sociedade civil organizada e, além disso, os resultados apresentados para o público têm caminhado no sentido de uma oferta cada vez mais qualificada dos serviços culturais.

O advento da reformulação da gestão dos museus da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo por meio dos contratos de gestão celebrados com as Organizações Sociais repercutiu na reflexão sobre o papel da própria Secretaria de Cultura, que assumiu mais o papel de formulador da política pública para o setor de museus, jogando novas luzes para a ação do SISEM-SP. (MIZUKAMI; 2015: p.89)

3.2 Gestão Museológica

Toda esta trajetória, tendo como referência os museus, nos leva a colocar como ponto para reflexão as motivações pelas quais guardamos objetos, pelas quais colecionamos objetos.

Podemos supor, entre várias motivações, que possa ser a necessidade de construirmos novos significados à nossa existência, tanto como indivíduos como em comunidade.

Segundo POMIAN, quando trata das origens do colecionismo e seus desdobramentos, uma coleção é:

qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades económicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público. (POMIAN; 1984)

Museus estão relacionados a esta prática do homem de armazenar, guardar objetos para finalidades que, a princípio não tenham uma relação com a sua sobrevivência, como provisão de alimentos, vestes para proteção das intempéries, armas para defesa ou caça.

Esta guarda privada de motivações pragmáticas, dotadas de um significado objetivo, explícito, direto, organizando estes objetos em grupos segundo um assunto de interesse nos leva a prática do colecionismo.

E esta necessidade de guarda evolui, permitindo-nos ver no colecionismo a origem dos museus, conforme observa CURY:

O museu tem sua origem no colecionismo e no diletantismo e sua institucionalização foi lenta e gradual. De local reservado para expor a poucas coleções particulares, transformou-se na instituição voltada para a comunicação do patrimônio a ser preservado. (CURY; 2005)

A prática da guarda das coleções em museus acaba por estabelecer uma relação intrínseca entre estes dois conceitos, que evolui com o passar do tempo, como indicam DESVALLÉEs e MAIRESSE:

A coleção do museu sempre teve de ser definida em relação à documentação que a acompanha e pelo trabalho que resultou dela, para ter sua relevância reconhecida. Esta evolução levou a uma aceção mais ampla da coleção, como uma reunião de objetos que conservam sua individualidade e reunidos de maneira intencional, segundo uma lógica específica. (DESVALLÉE; MAIRESSE, 2013)

O conceito atual de museu estabelecido pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) nos diz que:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e difunde o patrimônio material e imaterial da humanidade para fins de estudo, educação e entretenimento. (ICOM; 2007)

Conforme estabelece o trabalho realizado pelos integrantes do Comitê Internacional de Museologia do ICOM (ICOFOM):

A gestão museológica, ou administração de museus, é definida, atualmente, como a ação de conduzir as tarefas administrativas do museu ou, de forma mais geral, o conjunto de atividades que não estão diretamente ligadas às especificidades do museu (preservação, pesquisa e comunicação). Nesse sentido, a gestão museológica compreende essencialmente as tarefas ligadas aos aspectos financeiros (contabilidade, controle de gestão, finanças) e jurídicos do museu, à segurança e manutenção da instituição, à organização da equipe de profissionais do museu, ao marketing, mas também aos processos estratégicos e de planejamento gerais das atividades do museu. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013)

A gestão de acervos, por sua vez, trata exatamente de um olhar e estabelecimento de premissas a partir do conteúdo e possíveis significados agregados à coleção que se trabalha.

Sendo assim, o ponto de partida é que cada instituição tenha o claro entendimento de seu perfil, sua missão e principalmente do caráter de sua coleção e como ela pode dialogar com a sociedade.

Estas questões serão a base para que a instituição possa elaborar seu planejamento.

É importante observar que o tópico da gestão já estava presente em décadas anteriores, sendo que neste momento esta discussão se aproxima da realidade brasileira.

Conforme apontado por C. e NASCIMENTO JUNIOR:

De modo notável, a trajetória dos museus no Brasil indica que as ações de comunicação, pesquisa e preservação do patrimônio cultural cedo se instalaram nessas instituições, que concretamente, existem no tempo presente. (CHAGAS; NASCIMENTO, 2010: p.39)

Nesta busca pela adoção de procedimentos para a gestão de um museu com uma visão de seu conjunto no Brasil, temos um marco na década de 1990 com a coleção "Museologia", publicação em português da série originalmente produzida pela Comissão de Museus e Galerias do Reino Unido, com apoio de Vitae - Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social ⁵. O primeiro volume tinha exatamente por tema o "Plano Diretor", de autoria de Stuart Davies. Segundo DAVIES (2001), o Plano Diretor é aquele que possibilita "Estabelecer uma visão clara a respeito de para onde se dirige o museu e como chegar até lá".

Para que esta visão possa ser conquistada pela instituição é necessário que sua equipe faça um profundo processo de estudo, conhecimento e reconhecimento de sua trajetória e da coleção que está sob sua guarda, para que de posse destes elementos elabore sua missão.

E por que motivo seria importante que o museu compreendesse qual é sua missão?

Ainda segundo DAVIES, referindo-se à missão de um museu:

A "missão" é um conjunto de palavras que contém, de forma resumida, a finalidade, valores, metas, estratégia e o público-alvo de uma instituição, de uma maneira informativa e, preferivelmente, inspiradora. (DAVIES, 2001)

A elaboração deste documento permite que a instituição possa compreender sua trajetória e assim perceber quais caminhos deve seguir para que continue a cumprir seu compromisso de pesquisa, conservação e difusão.

⁵ A Vitae - Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social foi uma associação civil sem fins lucrativos, que apoiava projetos nas áreas de Cultura, Educação e Promoção Social. Em 1985, sua mantenedora, a Fundação Lampadia, cuja sede é em Liechtenstein, obteve seus recursos iniciais com a venda do Grupo Hochchild, dando origem às Fundações Antorchas e Andes, na Argentina e no Chile, respectivamente, e, no Brasil, à Fundação Vitae. No ano de 1992 criou-se o Programa de Apoio aos Museus (PAM) com o objetivo de sistematizar a concessão de subsídios aos museus brasileiros, aperfeiçoar suas áreas de conservação e difusão de bens culturais, bem como prover fundos para a reforma de edifícios, aquisição de mobiliário e equipamentos. A Fundação Vitae encerrou suas atividades em 2006. (FORUM PERMANENTE, 2015) (nota explicativa do autor)

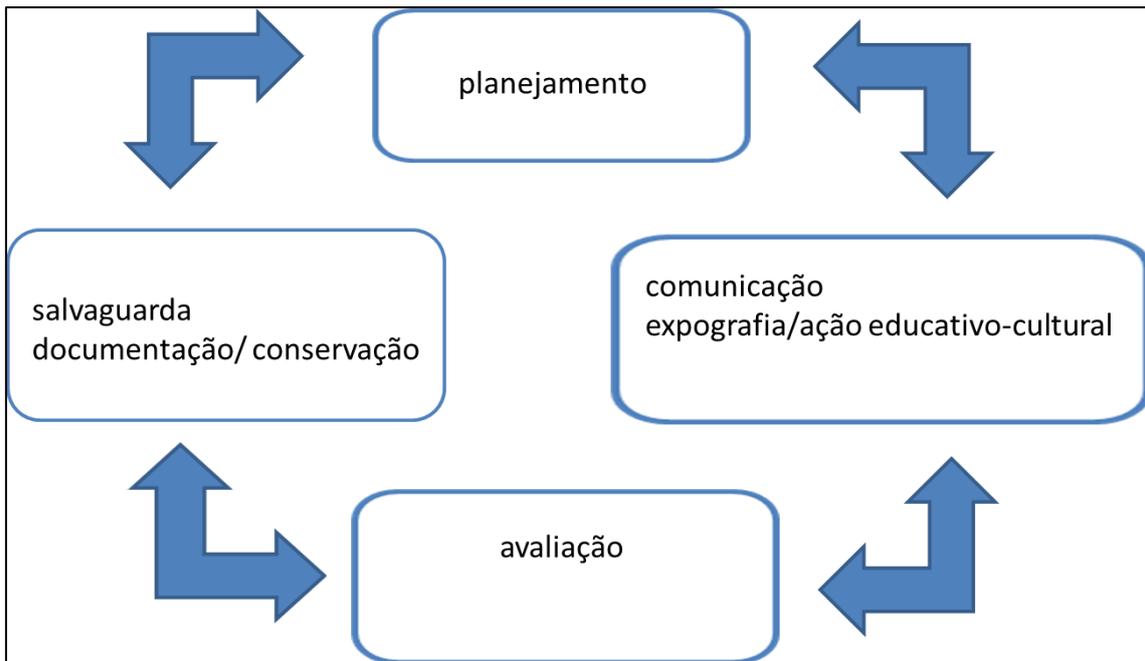
Outras etapas terão sequência após a missão, mas é importante observar neste momento que no Brasil este conjunto de ações e ferramentas para esta prática de gestão, que identificamos a princípio como Plano Diretor, será tratado como Plano Museológico. Considerando a gestão, até que possamos chegar ao Plano Museológico, temos de considerar a Cadeia Operatória Museológica, que trataremos a seguir.

3.3 Cadeia Operatória Museológica

A cadeia operatória museológica compreende o conjunto de ações e diretrizes relacionadas ao processo de gestão, do qual fazem parte quatro eixos: a salvaguarda, que inclui os procedimentos de documentação e conservação do acervo; a comunicação, que inclui os procedimentos de expografia e os trabalhos da ação educativo-cultural, o planejamento e a avaliação de todos estes processos em conjunto.

Apresentamos quadro ilustrativo que apresenta este conceito, a partir de elaboração original feita por Manuelina Duarte Cândido.

Quadro 3 – Cadeia Operatória Museológica.



Dissertação de Mestrado	
Casa do Olhar, Museu de Santo André e Sabina: possibilidades para um plano de gestão de acervo em rede	
Aluno: Nilo Mattos de Almeida	
Orientador: Profa. Dra. Maria Cristina O. Bruno	
Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia - USP	2015

Conforme nos indica Cândido:

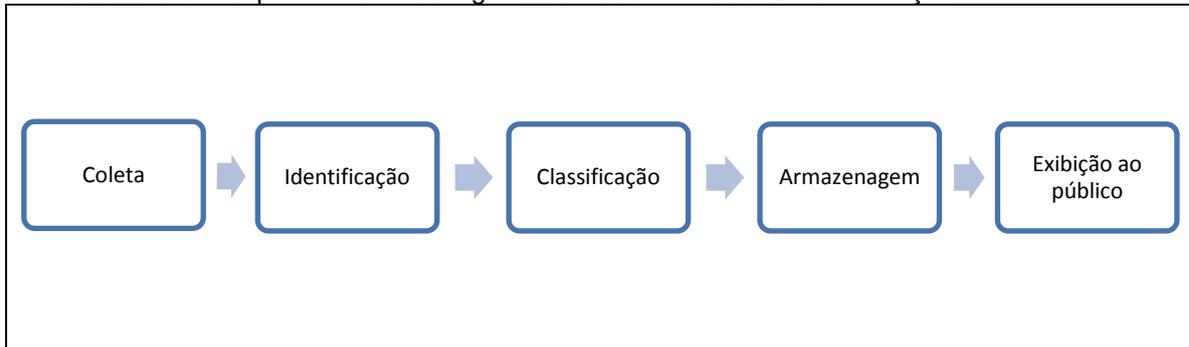
A cadeia operatória museológica, inerente à faceta de aplicação da Museologia, tem, portanto, uma série de potencialidades pedagógicas: a identificação da musealidade (incentivo à observação / percepção), o aprimoramento da percepção seletiva (exercício do olhar / identificação), o tratamento dos bem selecionados (uso qualificado das referências culturais), a valorização dos bens patrimoniais (constituição da herança cultural), a interpretação/extroversão/difusão dos bens selecionados (divulgação e contextualização sociocultural). Mas também evidencia a “reversibilidade destes olhares” (Bruno, 2006b, p.133) e traz “questionamentos sobre as memórias abandonadas” que são características fundamentais e diferenciais da pedagogia museológica. (Bruno, 2006b, p.135) (CÂNDIDO; 2014: p. 61)

Neste contexto, faremos um recorte a partir de dois elementos do conjunto da cadeia, que são a documentação e o planejamento.

Trataremos primeiro dos procedimentos relacionados à documentação, considerando aqui explanação sobre os conceitos de inventário e catalogação, para que de posse de todos estes elementos possamos então tratar do Plano Museológico, que está em dialogia com o demais componentes da cadeia operatória e possui papel de ordenamento da gestão museológica.

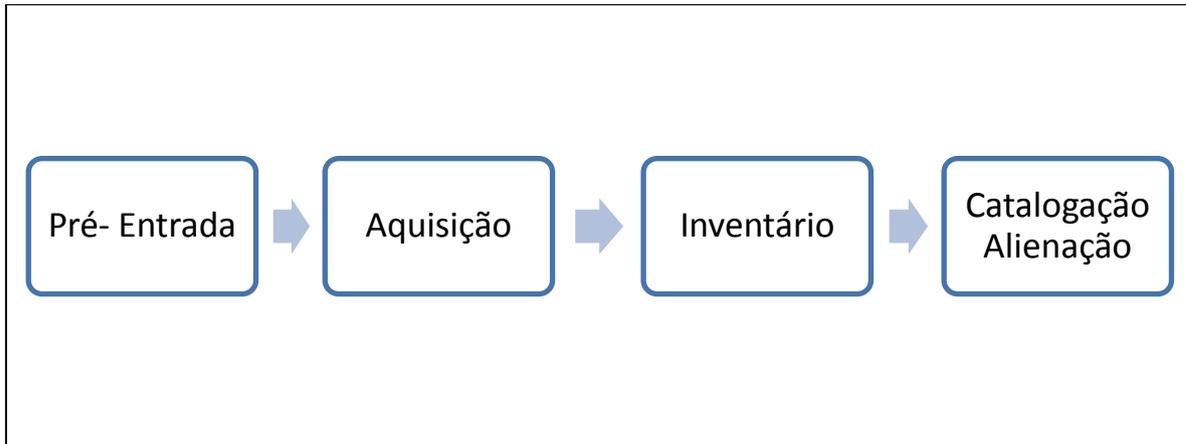
Neste ponto então apresentamos um desenho dos procedimentos de documentação, que são um recorte do fluxo de entrada do objeto na instituição museológica e abrimos um detalhe deste fluxo focando no trecho entre coleta e classificação, conforme apresentado nos quadros 4 e 5.

Quadro 4 – Cadeia Operatória Museológica – Procedimentos de Documentação



Dissertação de Mestrado	
Casa do Olhar, Museu de Santo André e Sabina: possibilidades para um plano de gestão de acervo em rede	
Aluno: Nilo Mattos de Almeida	
Orientador: Profa. Dra. Maria Cristina O. Bruno	
Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia - USP	2015

Quadro 5 – Cadeia Operatória Museológica - Coleta e Classificação: Etapas



Dissertação de Mestrado	
Casa do Olhar, Museu de Santo André e Sabina: possibilidades para um plano de gestão de acervo em rede	
Aluno: Nilo Mattos de Almeida	
Orientador: Profa. Dra. Maria Cristina O. Bruno	
Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia - USP	2015

3.4 Inventário e Catalogação

Segundo SANTOS, o inventário:

É o instrumento legal de garantia de guarda do patrimônio de um museu e dos depósitos que lhe são confiados (objetos em comodato) e oferece um quadro exato das aquisições, depósitos e alienações realizados pela instituição. É também o procedimento administrativo que serve para controlar o acervo, determinar sua natureza, número e localização de todas as peças que o museu tem sob sua responsabilidade. Serve como instrumento de segurança contra ocorrências que escapem ao seu controle, constituindo uma prova necessária que poderá ser requisitada pela justiça em qualquer caso que a envolva.

O principal objetivo de um inventário é obter uma relação anual quantitativa do acervo museológico para fins de cumprir exigências técnicas e administrativas que garantam a eficiência do controle. (SANTOS; 2000)

Ainda sobre o inventário cabe citar a definição adotada no projeto Patrimônio em Rede:

É a relação organizada das informações coletadas do patrimônio identificado.

O principal objetivo de um inventário é identificar, quantificar e classificar cada objeto.

A classificação é possível a partir de uma seleção de informações básicas e comuns aos bens patrimoniais. (ALVES; 2012)

Trata-se de duas definições que possuem entre si um intervalo de doze anos, mas mantêm o mesmo conteúdo, que nos diz que o inventário é este processo de relacionar do modo mais qualificado possível o acervo de uma instituição. O resultado final será, quando feito de modo apropriado, uma grande listagem que nos permite vislumbrar o conjunto da coleção.

Agora, tendo uma relação dos itens, seja em fichas impressas, seja em um arquivo digital, como utilizar para a gestão do acervo?

O inventário nos oferece a informação em sua forma organizada, porém bruta. Existe a necessidade de outra ferramenta que nos permita, a partir das informações obtidas no inventário, adotar ações de gestão para o acervo.

Esta ferramenta é a catalogação do acervo.

Para que possamos compreender como isto se dá, citamos aqui a definição proposta na Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus do Comitê Internacional de Documentação do Conselho Internacional de Museus, segundo a qual a catalogação é:

Compilação e manutenção de informações importantes por meio da descrição sistemática dos objetos da coleção, incluindo a organização dessas informações para formar um arquivo catalográfico dos objetos. (CIDOC – ICOM; 2014)

Pode se compreender então que a catalogação é o sistema no qual o conjunto de informações coletadas será armazenado de modo a registrar em profundidade as características de cada objeto, mas também sua trajetória de modo continuado dentro da instituição.

Deste modo, o inventário pode ser feito em momento anterior à entrada dos objetos na coleção, mas também será feito para atualização periódica de informações sobre os mesmos.

Os procedimentos de registro como conhecemos e temos adotado são recentes. Grande parte das instituições acaba por lidar com coleções previamente inventariadas ou que possuem algum sistema de documentação, que não o de catalogação.

No caso das três instituições adotadas como lócus da pesquisa, temos o seguinte cenário:

Museu de Santo André: possui sistema de fichas de doação, que identificam, com características de inventário, cada item da coleção.

Casa do Olhar: possui registros de aquisição da maior parte da coleção, assim como fichas com características de inventário para cada item da coleção.

Sabina: não possui registros dos bens, apenas documentação funcional, relacionada à execução de serviços ou cuidados com o acervo vivo.

Deste modo, para que se possa ter um olhar sobre o conjunto das três coleções tanto separadamente, como em conjunto, foi elaborado um modelo de ficha de catalogação a ser aplicado futuramente, que se apresenta nas páginas seguintes.

Esta ficha, composta por três páginas, servirá num primeiro momento como ferramenta de inventário, mas apresenta características para acréscimo de novas informações, servindo como base para os procedimentos de catalogação.

Na primeira página constam as informações da unidade onde se encontra o objeto, localização de armazenagem, identificação visual e forma de aquisição.

Na segunda página constam as informações mais detalhadas sobre o objeto, números de identificação, suas características físicas e estado de conservação. Na terceira e última página, denominada “Registros Complementares”, constam as informações que serão acrescidas e atualizadas ao longo da existência do objeto na coleção.

Deve se observar que esta ficha pode ser aprofundada e adequada a realidades específicas de cada instituição museológica, mas o formato adotado atende ao propósito de se obter informação qualificada que possa ser operada em rede.

Este modelo foi desenvolvido baseado em fichas adotadas por instituições museológicas brasileiras, com expressivo destaque para o modelo adotado no Projeto Patrimônio em Rede, desenvolvido pela equipe dos Acervos Artísticos do Governo do Estado de São Paulo.

Quadro 6 – Ficha de Catalogação – Parte 1

PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ – PROJETO MUCABINA

GESTÃO DE ACERVO EM REDE (2013-2015)

Ficha de Catalogação

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1. Secretaria / Autarquia:

1.2. Unidade:

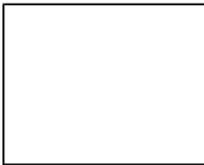
1.3. Endereço:

1.4. Telefone:

1.5. Responsável:

2. IDENTIFICAÇÃO DO ACERVO

2.1. IMAGENS:



1

2.2. LOCALIZAÇÃO DO ACERVO

2.2.1. Reserva Técnica / Armazenagem. Especificar: _____

2.2.2. Sala de Exposição / Galeria. Especificar: _____

2.3. Forma de entrada:

	Origem	Data	Observação
Coleta de Campo			
Comodato			
Compra			
Depósito			
Doação			
Empréstimo			
Legado			
Permuta			
Transferência			
Outro			

Quadro 7 – Ficha de Catalogação – Parte 2

PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ - PROJETO MUCABINA			
GESTÃO DE ACERVO EM REDE (2013-2015)			
2.4. Números de Registro / Patrimônio: () Não possui () Sim. Preencher quadro abaixo:			
Classificação	Número	Ano da Numeração	Observação
2.5. Dados Físicos e Culturais			
2.5.1. Denominação do objeto: _____			
2.5.2. Autor do objeto: _____			
2.5.3. Descrição Sumária: _____			

2.5.4. Título: _____			
2.5.5. Data/cronologia do Objeto: _____			
2.5.6. Dimensões			
2.5.6.1. Altura: _____			
2.5.6.2. Largura: _____			
2.5.6.3. Profundidade: _____			
2.5.7. Origem / Local de Criação do Objeto: _____			
2.5.8. Forma de confecção/produção (técnica?) _____			

2.6. Estado de Conservação			
() Bom () Regular () Ruim			
Descrição/Ocorrência: _____			
Observações: _____			

3. Responsabilidades			
Nome: _____			
Função: _____			
Observações: _____			

Preenchido em ____ / ____ / ____ Por _____ Assinatura _____			
PROJETO MUCABINA – DÚVIDAS E INFORMAÇÕES: (11) 99216-5877 / niloalmeida@hotmail.com			

Quadro 8 – Ficha de Catalogação – Parte 3

PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ - PROJETO MUCABINA	
GESTÃO DE ACERVO EM REDE (2013-2015)	
Registros Complementares	
1. ORIGEM	
2. LOCALIZAÇÃO	
3. FORMA DE ENTRADA	
4. REGISTRO	
5. DESCRIÇÃO DO OBJETO	
6. RESTAURAÇÃO	
7. EXPOSIÇÕES	
8. BIBLIOGRAFIA	
9. OBSERVAÇÕES	
PROJETO MUCABINA - DÚVIDAS E INFORMAÇÕES: (11) 99216-5877 / niloalmeida@hotmail.com	

3.5 Plano Museológico

Consideremos inicialmente a definição do Estatuto dos Museus:

O Plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade. (LEI FEDERAL 11.904)

O próprio Estatuto propõe a seguinte estrutura mínima para constar em um Plano Museológico:

I - o diagnóstico participativo da instituição

II - a identificação dos espaços e dos conjuntos patrimoniais sob a guarda da instituição

III - a identificação dos públicos a que se destinam os trabalhos e os serviços dos museus;

IV - os programas, com o seguinte conteúdo mínimo:

- a) institucional
- b) de gestão de pessoas
- c) de acervos
- d) de exposições
- e) educativo e cultural
- f) de pesquisa
- g) arquitetônico-urbanístico
- h) de segurança
- i) de financiamento e fomento
- j) de comunicação
- k) socioambiental

Considerando a definição de Plano Museológico e a estrutura mínima que se propõe para seu processo de elaboração, vamos compreender como se desdobram estas etapas.

O diagnóstico é feito preferencialmente de modo participativo por toda equipe da instituição e apresenta um histórico e demais elementos que permitam compreender o processo de formação e o perfil da coleção, os aspectos positivos negativos deste percurso, oportunidades e possíveis ameaças para a instituição.

A identificação dos espaços, dos conjuntos patrimoniais e dos públicos permitirá estabelecer qual a missão da instituição.

A última parte do Plano é composta pelos programas que o museu desenvolve e trata tanto de ações estruturantes, como a gestão da equipe e as práticas de segurança, como ações de extroversão, como a programas educativos e de exposições.

Dentre as três instituições que são lócus da pesquisa, o Museu de Santo André iniciou processo de implantação de Plano Museológico no ano de 2012, tendo até o momento em que esta pesquisa teve acesso desenhado a estrutura que se apresenta em quadro comparativo com aquela proposta pelo Estatuto dos Museus.

A estrutura apresentada é muito similar àquela proposta pelo Estatuto de Museus e não apresenta acréscimos.

E também deve se observar que a aplicação do Plano Museológico deve se estender a outras instituições que não sejam museus, como diz BRUNO:

Cabe registrar que esse tipo de planejamento não é apenas aplicado a instituições que se denominam “museus”, mas a todas que têm responsabilidades museológicas com a salvaguarda e comunicação do patrimônio em suas diferentes tipologias. A perspectiva institucional de gerar e organizar acervos, de tratar as referências culturais com vistas à preservação e de participar de processos educacionais a partir de indicadores da memória exige a proposição

de um plano museológico para a articulação destes segmentos e consolidação das metas correspondentes ao universo museal. (BRUNO; 2012)

Quadro 9 – Quadro Comparativo de Estrutura do Plano Museológico

QUADRO COMPARATIVO DE ESTRUTURA DO PLANO MUSEOLÓGICO	
Estatuto dos Museus	Museu de Santo André (2012)
I – Diagnóstico da instituição	1. Instituição
II – Identificação dos espaços e acervo	1) Definição da Instituição
III – Identificação dos públicos	2) Definição Operacional
	3) Missão
IV – Programas	2. Programas
a) Institucional	1) Programa Institucional
b) De gestão de pessoas	2) Programa de Gestão de Pessoas
c) De acervos	3) Programa de Acervos
d) De exposições	4) Programa de Exposições
e) Educativo e cultural	5) Programa Educativo e Cultural
f) De pesquisa	6) Programa de Pesquisa
g) Arquitetônico-urbanístico	7) Programa Arquitetônico
h) De segurança	8) Programa de Segurança
i) De financiamento e fomento	9) Programa de Financiamento e Fomento
j) De comunicação	10) Programa de Difusão e Divulgação
k) Socioambiental	3. Projetos

Como parte da cadeia operatória museológica, o Plano Museológico tem papel de ordenamento e estruturação para a gestão da instituição tendo sua aplicação também destinada a instituições que em princípio não são definidas como museus, compõe o conjunto de argumentos para que possamos propor a gestão de acervos em rede para o Museu de Santo André, a Casa do Olhar e a Sabina.

Para que possamos dar andamento a esta proposição, cabe verificar o conceito de rede e sua possível relação com a gestão museológica.

3.6 Gestão de Acervos em Rede

Tendo em vista que se propõe uma ação para gestão de acervo em rede, vamos compreender o conceito de rede.

Poderíamos pensar em uma articulação que pudesse ser um sistema ou uma rede, mas conforme comenta MIZUKAMI, em seu estudo sobre o Sistema Estadual de Museus de São Paulo:

Estas diferenças iniciais fornecem pistas para uma distinção entre os conceitos. Podemos dizer que ambos os conceitos, “sistema” e “rede”, estão vinculados à visão de conjuntos. Entretanto, o que os diferencia é a perspectiva: o “sistema” está mais relacionado ao ponto de vista da “totalidade”, a visão holística, a integração de partes em um todo estruturado; a “rede” está mais relacionada à conexão entre as partes, à visão da ligação entre os integrantes, à articulação das partes. (MIZUKAMI; 2014: p.39)

Pode-se, desta forma, aplicando a proposta da rede para a gestão, ou seja, para a gestão em rede, compreender que a articulação entre as partes envolvidas pressupõe o respeito à identidade e autonomia de cada participante, que as conexões serão elos de troca e construção de conhecimentos, de potencialidades para viabilizar avanços em situações que possam apresentar aspectos deficitários.

Pode se pensar, numa situação mais pragmática, a título de exemplo, na adoção de um procedimento comum para armazenagem ou para aquisição de materiais de restauro.

Quando se opera em rede os pontos em comum se expõem tanto quanto aqueles divergentes. Esta dupla exposição permite buscar soluções complementares ou mesmo propiciar um avanço na qualidade das ações ou ainda permitir que uma instituição que se encontre em defasagem maior possa ser auxiliada para progredir pela rede.

3.7 Proposta de Gestão de Acervos em Rede

A proposta de gestão de acervos em rede do Museu de Santo André, da Casa do Olhar e da Sabina pode ser implantada em caráter experimental, pois temos a base de dados comum, apoiada nas fichas de catalogação.

Consta, conforme levantado durante a pesquisa, documento elaborado pelo Museu de Santo André no ano de 1993, denominado “Sistema de Documentação no Museu de Santo André” (PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ; 1993).

Neste documento, elaborado a partir de um processo de readequação da reserva técnica, se propunha um sistema para documentação do acervo, o que poderia ser compreendido hoje como a documentação museológica.

O documento propõe fases conforme apresentado no Quadro 7. Este sistema tem o mérito de indicar um fluxo para a circulação e registro do bem, mas apresenta problemas pelo fato de indicar itens como “etiqueta provisória” ou “livro de tombo” como etapas do processo. Usando estes exemplos para reflexão, a “etiqueta provisória” é o resultado de um registro do objeto em transição, daí sua condição provisória. Do mesmo modo, o “livro de tombo”, é o suporte do registro do processo de tombamento e conseqüente inclusão do bem em caráter permanente na coleção. Isto nos indica uma visão muito comprometida com a execução do procedimento, mas que não oferece um olhar ampliado sobre o conjunto, o sistema de gestão da coleção. Longe de parecer uma questão semântica, ela traduz um dilema cotidiano de muitas instituições museológicas, que não adotam momentos para se pensar ou mesmo ter um olhar ampliado sobre o acervo. A escolha como procedimento acaba sendo a vinculação direta a uma prática de registro com caráter de inventário, que permite identificar o objeto na reserva ou na sala expositiva, mas que não permitirá a ampliação de outros significados para o público seja na forma de mostra ou material de pesquisa, porque esta opção de registro, pelo caráter imediatista, é empobrecedora de conteúdos.

Quadro 10 – Sistema de Documentação no Museu de Santo André

Sistema de Documentação no Museu de Santo André	
1.	Documentação de Ingresso
1.1.	Dossiê documental de entrada do objeto
1.2.	Etiqueta provisória
1.3.	Recibo
1.4.	Livro de entrada
1.5.	Ficha de entrada provisória
2.	Documentação de registro
2.1.	Livro de tombo
2.2.	Ficha de catalogação
3.	Documentação de localização
4.	Normas para medição e marcação dos objetos
4.1.	Equipamentos de medição
4.2.	Normas de medição
5.	Conclusão

Considerações Finais

Esta pesquisa fez um longo percurso, que começa pela história da cidade de Santo André e localiza nela três instituições culturais com grande vinculação museológica.

Conforme indicado, existe na cidade um forte apelo a questão cultural em sua trajetória, sendo inclusive a vontade, o desejo coletivo pela criação de um museu ser um fato que perpassa vários momentos em sua história, tendo um acentuamento a partir da década de 1960, onde uma série de fatores vão propiciar a criação do Museu de Santo André, da Casa do Olhar e da Sabina.

Os acervos vinculados a estas instituições mantem relações de origem entre si, tendo parte do acervo da Casa do Olhar vindo do acervo do Museu de Santo André e a exposição de arte inaugural da Sabina se relacionar diretamente com a Casa do Olhar, sendo as poucas obras de arte de seu acervo do artista que hoje dá nome à Casa.

Isto nos leva a primeira parte da questão proposta no início da pesquisa: Qual o papel que o acervo desempenha nestas instituições?

O papel designado a estas coleções, muito mais que uma significação relacionada ao passado, está na verdade como indicativo de futuro, de uma possibilidade de ser fonte para a extroversão do conhecimento que pode tanto se multiplicar em publicações como nas próprias instituições, permitindo que se façam diversas conexões entre o público e o patrimônio cultural da cidade.

Esta demanda por um papel social que estes acervos podem e devem ter passa pelo processo da cadeia operatória museológica, que nos leva a segunda parte de nosso questionamento: como ocorre esta cadeia operatória nas instituições?

O que se verificou, a partir da pesquisa das origens e da condição atual é que não existe ainda uma prática consolidada de registro e documentação destas coleções.

Onde se pode considerar que a possibilidade de uma articulação em rede para gestão destes acervos, preservando suas identidades, pode auxiliar numa melhor compreensão de seus conteúdos e na proposição de novas formas de fazer a extroversão do conhecimento a partir dos mesmos.

Os elementos levantados até o momento de conclusão desta pesquisa permitem indicar a possibilidade de um desdobramento, onde se possa aplicar as fichas de catalogação desenvolvidas e a partir dos dados coletados desenvolver ações em rede para benefício da preservação do patrimônio.

Concluindo, os procedimentos de gestão dos acervos estão muito vinculados a uma lógica de arrolamento e controle de movimentação dos bens nas instituições, assim como os procedimentos de coleta.

O que existe é um núcleo de objetos em torno do qual vai se articular uma narrativa que será traduzida no modo de ocupação e das exposições apresentadas ao público.

E isto acaba por ir contra o que entendemos hoje como o processo de catalogação, que é fundamental para a boa gestão de acervos.

Ora, compreendemos hoje a relevância do processo de catalogação como boa prática de gestão pelo fato de permitir que as informações possam ser disponibilizadas de modo mais acurado e democrático, o que permitirá a construção de diversas narrativas, oferecendo múltiplos olhares sobre a coleção.

A compreensão da existência e da possibilidade de múltiplas narrativas deve ser apontada pelo fato que este novo olhar implica que os procedimentos de organização e identificação do acervo assegurarão a identidade e os conteúdos

relacionados a cada objeto. É certo que os objetos não falam nas galerias e que ao expô-los damos uma voz. Contudo, a catalogação elaborada com metodologia sempre indicará um ponto de partida para estas narrativas.

REFERÊNCIAS⁶

LEGISLAÇÃO / DOCUMENTOS JURÍDICOS

Estatutos do ICOM adotados durante a 22ª Conferência Geral em Viena, Áustria, em 2007.

LEI Federal nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009 que institui o Estatuto de Museus.

LIVROS E PERIÓDICOS

_____ Os museus no mundo. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1979.

ALVES, Juliana Rodrigues. **Manual de Identificação de Patrimônio Artístico**. São Paulo, 2012

ÁVILA, Ana Carolina Xavier. **Museus históricos e pedagógicos no século XXI: processo de municipalização e novas perspectivas** / Ana Carolina Xavier Ávila; orientador Camilo de Mello Vasconcelos. – São Paulo, 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia – Universidade de São Paulo, 2014.

BOLAÑOS, Maria (ed.). **La memoria del mundo: Cien años de museología 1900-2000**. Ediciones TREA S.L.: Madrid, 2002.

BRIGOLA, João Carlos Pires. **Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003. (Série "Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas")

⁶ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira e NEVES, Kátia Regina Felipini. **Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento: propostas e reflexões museológicas.** São Cristóvão: Museu de Arqueologia de Xingó, 2008.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (coord). **Waldisa Rússio Camargo Guarniéri: textos e contextos de uma trajetória profissional.** 2v. São Paulo: Pinacoteca do Estado / Secretaria de Estado da Cultura / Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Planejamento Museológico (subsídios).** Texto norteador da disciplina Planejamento Museológico: da Museologia Tradicional à Sociomuseologia do Programa de Mestrado Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

CALDEIRA, João Netto. **ÁLBUM de São Bernardo.** São Paulo: Organização Cruzeiro do Sul, 1937.

CÂNDIDO, Manuelina Duarte. **Gestão de Museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento.** Manuelina Maria Duarte Cândido. – 2ª Ed. – Porto Alegre: Medianiz, 2014. 240 p. il.

Conceitos-chave de Museologia/Andrés Desvallées e François Mairesse, editores; Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury, tradução e comentários. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013. 100p.

CURY, Marília Xavier. **Comunicação e pesquisa de recepção: uma perspectiva teórico-metodológica para os museus.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.12 (suplemento), 2005.

DAVIES, Stuart. ***Plano diretor.** *Trad. Maria Luiza Fernandes. São Paulo: EDUSP: Fundação VITAE, 2001. (Série Museologia. Roteiros Práticos, n. 1).

DECLARAÇÃO de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus. CIDOC-ICOM. São Paulo, 2014.

DISCOVERING the City, Nichola Johnson; Museums about cities, Max Hebditch; Hidden history: the Peopling of London project, Nick Merriman; The artist as curator in a city museum, Carl Heideken; History, ideology and politics in the Historical Museum of Warsaw, Beata Meller; The imaginary city, Brigitte Scenczi; The city is the museum !, Anne-Marie Collins; Museums in Hungary: special privileges versus the community, Géza Buzinkay; Urban museology: an ideology for reconciliation, Amareswar Galla; editorial, Marcia Lord, all in Museum International no. 187 (edition covering city museums), UNESCO, Paris, 13 September 1995.

FINDLEN, Paula. **Possessing Nature: Museums, Collecting, and Scientific Culture in Early Modern Italy**. Berkeley, Ca.: University of California Press, 1994.

FRANCO, Maria Ignez Mantovani. **Museu da Cidade de São Paulo: um Novo Olhar da Sociomuseologia Para uma Megacidade**. Tese de Doutorado. Lisboa: Universidade Lusófana de Humanidades e Tecnologias, 2009.

GAIARSA, Octaviano A. **Santo André Ontem, Hoje e Amanhã**. Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André, 1991.

KURIN, Richard. **Reflections of a Culture Broker: a view from the Smithsonian**. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 1997.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Museu, cultura material e cidade: o museu de cidade e a consciência da cidade**. In: Santos, Afonso Carlos Marques dos; Kessel, Carlos & Guimaraens, Cêça. (Org.). *Museus & Cidades*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, v. , p. 255-282.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **O museu na cidade, a cidade no museu. Para uma abordagem histórica dos museus de cidade**. *Revista Brasileira de História*, Rio de Janeiro, v. 5, n.8/9, p. 197-205, 1984.

MISAN, Simona. **Os museus históricos e pedagógicos do estado de São Paulo**. *Anais do Museu Paulista*. v. 16. n.2. jul.-dez. 2008.

MIZUKAMI, Luiz. **Redes e Sistemas de Museus: um estudo a partir do Sistema Estadual de Museus de São Paulo** / Luiz Mizukami - orientador Maria Cristina

Oliveira Bruno. – São Paulo, 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia – Universidade de São Paulo, 2014.

MONTANER, Josep **Museos para el nuevo siglo. Museums for the new century.** Editorial Gustavo Gili S.A. Barcelona: 1995.

MOUTINHO, Mario Canova. **Sobre o Conceito de Museologia Social.** Cadernos de Museologia. ULHT: Lisboa, 1993.

NASCIMENTO JUNIOR, José e CHAGAS, Mário de Souza (organizadores). IBERMUSEUS 1 (2007:SALVADOR, BA): **Panoramas Museológicos da Ibero-América** – 2ª edição – Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Museus, 2010.

OROSZ, Joel J. **Curators and Culture: the Museum Movement in America, 1740-1870.** Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1990.

SANTANA, Cristiane Batista (texto). **PARA além dos muros: por uma comunicação dialógica entre museu e entorno.** Brodowski (SP): ACAM Portinari; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2011. (Coleção Museu Aberto).

PINACOTECA de Santo André. **Catálogo.** Prefeitura de Santo André, 2013.

Plan Museológico y Exposición permanente em el Museo. Ministério de Cultura. España, 2007.

POLÍTICA Nacional de Museus. Brasília, 2013.

POMIAN, Krysztof. Coleção. In: Memória – História. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. (Enciclopédia Einaudi, 1).

PROCEEDINGS of the Fourth Conference of the International Association of City Museums, Amsterdam, 3-5 November 2005, Renée Kistemaker ed., Amsterdam Historical Museum, Amsterdam 2006.

ROCHA, Paulo Mendes da. In: Nanci Corbioli. Publicada originalmente em Projeto Design 330, Ago 2007.

SABINA, **folheto de orientação ao público**. Prefeitura de Santo André, 2007.

SANTO ANDRÉ, Cidade e Imagens, Santo André, Prefeitura Municipal de Santo André, 1991.

SANTOS, Fausto Henrique. Metodologia aplicada em museus. São Paulo: Editora Mackenzie, 2000.

SANTOS, Wanderley dos. **ANTECEDENTES Históricos do ABC Paulista – 1550-1892**. São Bernardo do Campo, Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, 1992.

TAUNAY, Affonso de E. **João Ramalho e Santo André da Borda do Campo**. 2.^a ed. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais/Prefeitura Municipal de Santo André, 1968.

VASCONCELLOS, C. M. **Los retos de la actuación educativa en los museos**. In: ***Museos, universidad y mundialización:*** *la gestión de las colecciones y los museos universitarios en América Latina y el Caribe. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2010. p.99-117.

VICTOR, Isabel. **Os Museus e a Qualidade. Distinguir entre museus com “qualidades” e a qualidade em museus**. Dissertação de mestrado ULHT: Lisboa, 2004.

RELATÓRIOS TÉCNICOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS

OFÍCIO P. n° 735.10.76. Prefeitura Municipal de Santo André.

OFÍCIO SECE n° 539.07.82. Prefeitura Municipal de Santo André.

PLANEJAMENTO 2014. Sabina Escola Parque do Conhecimento. Prefeitura de Santo André.

PLANO Museológico do Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa. Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa. Prefeitura de Santo André. Santo André, 2012.

PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ. **Anuário de Dados do Município de Santo André, 2010-2011**. Santo André: Prefeitura de Santo André, 2011.

PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ. **BOOK da Casa do Olhar**. Santo André: Prefeitura de Santo André, 1992.

PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ. **Casa da Palavra, histórico**. Departamento de Cultura. Santo André: Prefeitura de Santo André, 1994.

PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ. **Casa do Olhar, anteprojeto para a ocupação do espaço**. Santo André: Prefeitura de Santo André, 1991.

PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ. **Casa do Olhar, histórico**. Santo André: Prefeitura de Santo André, 1994.

PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ. **CASA do Olhar: Tempo e História. Museu de Santo André**. Santo André: Prefeitura de Santo André, 1992.

PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ. **Criação de Museu em Santo André. Relatório n. 01 em 31/10/1974. Secretaria de Educação, Cultura e Esportes**. Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André, 1974.

PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ. **Criação de Museu em Santo André. Relatório n. 02 em 05/02/1975. Secretaria de Educação, Cultura e Esportes**. Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André, 1975.

PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ. **ESCOLA Parque Arte Ciência – EPAC. Apresentação do Projeto**. Santo André: Prefeitura de Santo André, 2004.

PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ. **ESCOLA Parque Arte Ciência, release para imprensa.** Santo André: Prefeitura de Santo André, 2004.

Processo 41560/80. Prefeitura Municipal de Santo André.

PROGRAMA de Formação Permanente Para Bibliotecas (Probibli). Edmir Perrotti. Departamento de Cultura. Prefeitura de Santo André. Santo André, 1990.

PROGRAMAÇÃO Cultural (1990-1995). Secretaria de Educação, Cultura e Esportes. Prefeitura de Santo André. Santo André.

PROJETO Biblioteca Nova. Edmir Perrotti. Secretaria de Educação, Cultura e Esportes. Prefeitura de Santo André. Santo André, 1990.

PROJETO Viva Cidade. Ademir Médici. Coordenadoria de Planejamento. Prefeitura de Santo André. Santo André, 1994.

REPULHO, Cleuza Rodrigues. Prêmio Mercocidades de Ciência e Tecnologia. Prefeitura de Santo André, 2007.

SALÃO de Arte Contemporânea de Santo André. Catálogos e convites (1968-1995). Secretaria de Educação, Cultura e Esportes. Prefeitura de Santo André. Santo André.

SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO NO MUSEU DE SANTO ANDRÉ. Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa. Prefeitura de Santo André. Santo André, 1993.

SOUZA, Wilson Roberto Stanziani. **Retrospectiva do Museu de Santo André. Texto não publicado.** Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa. Prefeitura de Santo André. Santo André, 2012

WEBSITE – DOCUMENTOS DISPONÍVEIS SOMENTE EM SUPORTE ELETRÔNICO

FORUM PERMANENTE. Disponível em: <http://www.forumpermanente.org>. Acesso em: 14 set.2015.

ANEXOS

ANEXO A - Texto de Lei de criação do Museu de Santo André

Lei nº 5.942, de 03 de agosto de 1.982.

A Câmara Municipal de Santo André decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica criado e assim denominado o “MUSEU DE SANTO ANDRÉ”, subordinado à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com o fim precípua de reunir, preservar, conservar e expor documentos, livros, fotografias, objetos e peças de diversos gêneros que contribuam para o conhecimento e estudos de movimentos sociais, religiosos, políticos, artísticos e econômicos do Município de Santo André e região do A.B.C., sob todos os aspectos, bem como promover cursos e pesquisas.

Artigo 2º - Como órgão consultivo do Museu e fiscalizador de suas atividades, fica criado um Conselho Consultivo, composto por pessoas de reconhecida capacidade, pela sua cultura e conhecimento no trato de assuntos relacionados à Museologia e História, e ao qual caberá apresentar subsídios, sugestões e normas relacionadas com a boa e eficiente administração da entidade.

Artigo 3º - O Conselho Consultivo será composto por cinco membros efetivos e quatro suplentes, residentes no Município, nomeados pelo Prefeito Municipal, sendo um dos membros indicado pela Câmara Municipal, com mandato de quatro anos.

Artigo 4º - Os membros do Conselho Consultivo não perceberão qualquer tipo de remuneração, sendo considerados relevantes seus serviços prestados ao Município.

Artigo 5º - O Conselho Consultivo em sua reunião inicial escolherá entre seus membros um Presidente e um Secretário.

Artigo 6º - Após sua instalação, o Conselho Consultivo estudará e elaborará o Regimento Interno do Museu.

Artigo 7º - O “Museu de Santo André” será administrado e dirigido por um Administrador de Museu, nomeado pelo Prefeito Municipal.

Artigo 8º - A Tabela III de cargos de Nível Universitário, anexa à Lei nº 4.515, de 10 de Julho de 1.974, fica acrescida do cargo denominado “Administrador de Museu”, na Classe V, de provimento em comissão, com requisito de curso superior.

Artigo 9º - As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 10º - A fim de fazer face à despesa decorrente desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, por Decreto, crédito adicional até o montante de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos cruzeiros).

Artigo 11º - O crédito referido na presente Lei será coberto com recursos de real economia decorrentes da anulação parcial da verba “Equipamentos e Material Permanente” da Seção de Difusão Cultural.

Artigo 12º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santo André, em 03 de Agosto de 1.982.

DR. LINCOLN GRILLO

PREFEITO MUNICIPAL

DR. GUIDO LEVI CORREA

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS

DR. PAULO ROBERTO DE FRANCISCO

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

DR. MÁRIO SPARAPANI JÚNIOR

RESP. P/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DR. OSWALDO PLENAMENTE

SECRETÁRIO DA FAZENDA

Registrada no Setor de Expediente do Gabinete do Prefeito, na mesma data e publicada.

LINCOLN PEDUTO GRILLO

CHEFE DE GABINETE, RESP.P/ASSESSOR DE GABINETE

ANEXO B - Texto do decreto do Sistema Brasileiro de Museus

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 5.264 DE 5 DE NOVEMBRO DE 2004.

Institui o Sistema Brasileiro de Museus e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Brasileiro de Museus, com a finalidade de promover:

I - a interação entre os museus, instituições afins e profissionais ligados ao setor, visando ao constante aperfeiçoamento da utilização de recursos materiais e culturais;

II - a valorização, registro e disseminação de conhecimentos específicos no campo museológico;

III - a gestão integrada e o desenvolvimento das instituições, acervos e processos museológicos; e

IV - o desenvolvimento das ações voltadas para as áreas de aquisição de bens, capacitação de recursos humanos, documentação, pesquisa, conservação, restauração, comunicação e difusão entre os órgãos e entidades públicas, entidades privadas e unidades museológicas que integrem o Sistema.

Parágrafo único. Caberá ao Ministério da Cultura coordenar o Sistema Brasileiro de Museus, fixar diretrizes, estabelecer orientação normativa e supervisão técnica para o exercício de atividades sistematizadas no âmbito das matérias e objetivos do Sistema, preservada a autonomia administrativa, as dotações orçamentárias e a gestão de pessoal próprias dos órgãos e entidades que o integrem.

Art. 2º São características das instituições museológicas, dentre outras:

I - o trabalho permanente com patrimônio cultural;

II - a disponibilização de acervos e exposições ao público, propiciando a ampliação do campo de construção identitária, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção do conhecimento e à produção de novas oportunidades de lazer;

III - o desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizem o patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social;

IV - a vocação para a comunicação, investigação, interpretação, documentação e preservação de testemunhos culturais e naturais.

Art. 3º As instituições museológicas dos órgãos vinculados ao Ministério da Cultura passam a integrar o Sistema Brasileiro de Museus.

Parágrafo único. Poderão fazer parte do Sistema Brasileiro de Museus, mediante a formalização de instrumento hábil a ser firmado com o Ministério da Cultura:

I - outras instituições museológicas vinculadas aos demais Poderes da União, bem como de âmbito estadual e municipal;

II - as instituições museológicas privadas, inclusive aquelas das quais o Poder Público participe;

III - as organizações sociais, os museus comunitários, os ecomuseus e os grupos étnicos e culturais que mantenham ou estejam desenvolvendo projetos museológicos;

IV - as escolas e as universidades oficialmente reconhecidas pelo Ministério da Educação, que mantenham cursos relativos ao campo museológico;

V - outras entidades organizadas vinculadas ao setor museológico.

Art. 4º Constituem objetivos específicos do Sistema Brasileiro de Museus:

I - promover a articulação entre as instituições museológicas, respeitando sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnico-científica;

II - estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais, de acordo com as suas especificidades;

III - divulgar padrões e procedimentos técnico-científicos que orientem as atividades desenvolvidas nas instituições museológicas;

IV - estimular e apoiar os programas e projetos de incremento e qualificação profissional de equipes que atuem em instituições museológicas;

V - estimular a participação e o interesse dos diversos segmentos da sociedade no setor museológico;

VI - estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais nas instituições museológicas;

VII - incentivar e promover a criação e a articulação de redes e sistemas estaduais, municipais e internacionais de museus, bem como seu intercâmbio e integração ao Sistema Brasileiro de Museus;

VIII - contribuir para a implementação, manutenção e atualização de um Cadastro Nacional de Museus;

IX - propor a criação e aperfeiçoamento de instrumentos legais para o melhor desempenho e desenvolvimento das instituições museológicas no País;

X - propor medidas para a política de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações;

XI - incentivar a formação, atualização e a valorização dos profissionais de instituições museológicas; e

XII - estimular práticas voltadas para permuta, aquisição, documentação, investigação, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos museológicos.

Art. 5º O Sistema Brasileiro de Museus disporá de um Comitê Gestor, com a finalidade de propor diretrizes e ações, bem como apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor museológico brasileiro.

§ 1º O Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus será composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - dois do Ministério da Cultura;

II - um do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

III - um do Ministério da Educação;

IV - um do Ministério da Defesa;

V - um do Ministério da Ciência e Tecnologia;

VI - um do Ministério do Turismo;

VII - um dos sistemas estaduais de museus;

VIII - um dos sistemas municipais de museus;

IX - um de entidade representativa dos museus privados de âmbito nacional;

X - um do Conselho Federal de Museologia;

XI - um de entidade de âmbito nacional representativa dos ecomuseus e museus comunitários;

XII - um do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus;

XIII - um da Associação Brasileira de Museologia, e

XIV - dois de instituições universitárias relacionadas à área de Museologia.

§ 2o O Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus será coordenado pelo Ministro de Estado da Cultura, ou por representante por ele designado.

§ 3o Os representantes, titulares e suplentes, serão indicados pelos titulares dos Ministérios e entidades representados e serão designados pelo Ministro de Estado da Cultura.

§ 4o Poderão, ainda, ser convidados a participar das reuniões do Comitê Gestor especialistas, personalidades e representantes de órgãos e entidades dos setores público e privado, desde que os temas da pauta justifiquem o convite.

§ 5o Poderão ser constituídos, no âmbito do Comitê Gestor, grupos temáticos, de caráter permanente ou temporário, destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos.

Art. 6o A participação nas atividades do Comitê Gestor e dos grupos temáticos será considerada função relevante, não remunerada.

Art. 7o Ao Ministério da Cultura cabe prover o apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos de secretaria do Comitê Gestor e dos grupos temáticos.

Art. 8o Para o cumprimento de suas funções, o Comitê Gestor contará com recursos orçamentários e financeiros consignados no orçamento do Ministério da Cultura.

Art. 9o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de novembro de 2004; 183o da Independência e 116o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Gilbero Gil

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 8.11.2004

ANEXO C - Texto da Lei de criação do Estatuto dos Museus

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009.

Mensagem de veto

Vigência

Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.

Art. 2o São princípios fundamentais dos museus:

I – a valorização da dignidade humana;

II – a promoção da cidadania;

III – o cumprimento da função social;

IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;

V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;

VI – o intercâmbio institucional.

Parágrafo único. A aplicação deste artigo está vinculada aos princípios basilares do Plano Nacional de Cultura e do regime de proteção e valorização do patrimônio cultural.

Art. 3o Conforme as características e o desenvolvimento de cada museu, poderão existir filiais, seccionais e núcleos ou anexos das instituições.

Parágrafo único. Para fins de aplicação desta Lei, são definidos:

I – como filial os museus dependentes de outros quanto à sua direção e gestão, inclusive financeira, mas que possuem plano museológico autônomo;

II – como seccional a parte diferenciada de um museu que, com a finalidade de executar seu plano museológico, ocupa um imóvel independente da sede principal;

III – como núcleo ou anexo os espaços móveis ou imóveis que, por orientações museológicas específicas, fazem parte de um projeto de museu.

Art. 4o O poder público estabelecerá mecanismos de fomento e incentivo visando à sustentabilidade dos museus brasileiros.

Art. 5o Os bens culturais dos museus, em suas diversas manifestações, podem ser declarados como de interesse público, no todo ou em parte.

§ 1o Consideram-se bens culturais passíveis de musealização os bens móveis e imóveis de interesse público, de natureza material ou imaterial, tomados

individualmente ou em conjunto, portadores de referência ao ambiente natural, à identidade, à cultura e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

§ 2o Será declarado como de interesse público o acervo dos museus cuja proteção e valorização, pesquisa e acesso à sociedade representar um valor cultural de destacada importância para a Nação, respeitada a diversidade cultural, regional, étnica e lingüística do País.

§ 3o (VETADO)

Art. 6o Esta Lei não se aplica às bibliotecas, aos arquivos, aos centros de documentação e às coleções visitáveis.

Parágrafo único. São consideradas coleções visitáveis os conjuntos de bens culturais conservados por uma pessoa física ou jurídica, que não apresentem as características previstas no art. 1o desta Lei, e que sejam abertos à visitação, ainda que esporadicamente.

CAPÍTULO II

Do Regime Aplicável aos Museus

Art. 7o A criação de museus por qualquer entidade é livre, independentemente do regime jurídico, nos termos estabelecidos nesta Lei.

Art. 8o A criação, a fusão e a extinção de museus serão efetivadas por meio de documento público.

§ 1o A elaboração de planos, programas e projetos museológicos, visando à criação, à fusão ou à manutenção dos museus, deve estar em consonância com a Lei no 7.287, de 18 de dezembro de 1984.

§ 2o A criação, a fusão ou a extinção de museus deverá ser registrada no órgão competente do poder público.

Art. 9o Os museus poderão estimular a constituição de associações de amigos dos museus, grupos de interesse especializado, voluntariado ou outras formas de colaboração e participação sistemática da comunidade e do público.

§ 1o Os museus, à medida das suas possibilidades, facultarão espaços para a instalação de estruturas associativas ou de voluntariado que tenham por fim a contribuição para o desempenho das funções e finalidades dos museus.

§ 2o Os museus poderão criar um serviço de acolhimento, formação e gestão de voluntariado, dotando-se de um regulamento específico, assegurando e estabelecendo o benefício mútuo da instituição e dos voluntários.

Art. 10. (VETADO)

Art. 11. A denominação de museu estadual, regional ou distrital só pode ser utilizada por museu vinculado a Unidade da Federação ou por museus a quem o Estado autorize a utilização desta denominação.

Art. 12. A denominação de museu municipal só pode ser utilizada por museu vinculado a Município ou por museus a quem o Município autorize a utilização desta denominação.

Seção I

Dos Museus Públicos

Art. 13. São considerados museus públicos as instituições museológicas vinculadas ao poder público, situadas no território nacional.

Art. 14. O poder público firmará um plano anual prévio, de modo a garantir o funcionamento dos museus públicos e permitir o cumprimento de suas finalidades.

Art. 15. Os museus públicos serão regidos por ato normativo específico.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto neste artigo, o museu público poderá estabelecer convênios para a sua gestão.

Art. 16. É vedada a participação direta ou indireta de pessoal técnico dos museus públicos em atividades ligadas à comercialização de bens culturais.

Parágrafo único. Atividades de avaliação para fins comerciais serão permitidas aos funcionários em serviço nos museus, nos casos de uso interno, de interesse científico, ou a pedido de órgão do Poder Público, mediante procedimento administrativo cabível.

Art. 17. Os museus manterão funcionários devidamente qualificados, observada a legislação vigente.

Parágrafo único. A entidade gestora do museu público garantirá a disponibilidade de funcionários qualificados e em número suficiente para o cumprimento de suas finalidades.

Seção II

Do Regimento e das Áreas Básicas dos Museus

Art. 18. As entidades públicas e privadas de que dependam os museus deverão definir claramente seu enquadramento orgânico e aprovar o respectivo regimento.

Art. 19. Todo museu deverá dispor de instalações adequadas ao cumprimento das funções necessárias, bem como ao bem-estar dos usuários e funcionários.

Art. 20. Compete à direção dos museus assegurar o seu bom funcionamento, o cumprimento do plano museológico por meio de funções especializadas, bem como planejar e coordenar a execução do plano anual de atividades.

Subseção I

Da Preservação, da Conservação, da Restauração e da Segurança

Art. 21. Os museus garantirão a conservação e a segurança de seus acervos.

Parágrafo único. Os programas, as normas e os procedimentos de preservação, conservação e restauração serão elaborados por cada museu em conformidade com a legislação vigente.

Art. 22. Aplicar-se-á o regime de responsabilidade solidária às ações de preservação, conservação ou restauração que impliquem dano irreparável ou destruição de bens culturais dos museus, sendo punível a negligência.

Art. 23. Os museus devem dispor das condições de segurança indispensáveis para garantir a proteção e a integridade dos bens culturais sob sua guarda, bem como dos usuários, dos respectivos funcionários e das instalações.

Parágrafo único. Cada museu deve dispor de um Programa de Segurança periodicamente testado para prevenir e neutralizar perigos.

Art. 24. É facultado aos museus estabelecer restrições à entrada de objetos e, excepcionalmente, pessoas, desde que devidamente justificadas.

Art. 25. As entidades de segurança pública poderão cooperar com os museus, por meio da definição conjunta do Programa de Segurança e da aprovação dos equipamentos de prevenção e neutralização de perigos.

Art. 26. Os museus colaborarão com as entidades de segurança pública no combate aos crimes contra a propriedade e tráfico de bens culturais.

Art. 27. O Programa e as regras de segurança de cada museu têm natureza confidencial.

Parágrafo único. (VETADO)

Subseção II

Do Estudo, da Pesquisa e da Ação Educativa

Art. 28. O estudo e a pesquisa fundamentam as ações desenvolvidas em todas as áreas dos museus, no cumprimento das suas múltiplas competências.

§ 1º O estudo e a pesquisa nortearão a política de aquisições e descartes, a identificação e caracterização dos bens culturais incorporados ou incorporáveis e as atividades com fins de documentação, de conservação, de interpretação e exposição e de educação.

§ 2º Os museus deverão promover estudos de público, diagnóstico de participação e avaliações periódicas objetivando a progressiva melhoria da qualidade de seu funcionamento e o atendimento às necessidades dos visitantes.

Art. 29. Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação.

Art. 30. Os museus deverão disponibilizar oportunidades de prática profissional aos estabelecimentos de ensino que ministrem cursos de museologia e afins, nos campos disciplinares relacionados às funções museológicas e à sua vocação.

Subseção III

Da Difusão Cultural e Do Acesso aos Museus

Art. 31. As ações de comunicação constituem formas de se fazer conhecer os bens culturais incorporados ou depositados no museu, de forma a propiciar o acesso público.

Parágrafo único. O museu regulamentará o acesso público aos bens culturais, levando em consideração as condições de conservação e segurança.

Art. 32. Os museus deverão elaborar e implementar programas de exposições adequados à sua vocação e tipologia, com a finalidade de promover acesso aos bens culturais e estimular a reflexão e o reconhecimento do seu valor simbólico.

Art. 33. Os museus poderão autorizar ou produzir publicações sobre temas vinculados a seus bens culturais e peças publicitárias sobre seu acervo e suas atividades.

§ 1o Serão garantidos a qualidade, a fidelidade e os propósitos científicos e educativos do material produzido, sem prejuízo dos direitos de autor e conexos.

§ 2o Todas as réplicas e demais cópias serão assinaladas como tais, de modo a evitar que sejam confundidas com os objetos ou espécimes originais.

Art. 34. A política de gratuidade ou onerosidade do ingresso ao museu será estabelecida por ele ou pela entidade de que dependa, para diferentes públicos, conforme dispositivos abrigados pelo sistema legislativo nacional.

Art. 35. Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente.

Art. 36. As estatísticas de visitantes dos museus serão enviadas ao órgão ou entidade competente do poder público, na forma fixada pela respectiva entidade, quando solicitadas.

Art. 37. Os museus deverão disponibilizar um livro de sugestões e reclamações disposto de forma visível na área de acolhimento dos visitantes.

Subseção IV

Dos Acervos dos Museus

Art. 38. Os museus deverão formular, aprovar ou, quando cabível, propor, para aprovação da entidade de que dependa, uma política de aquisições e descartes de bens culturais, atualizada periodicamente.

Parágrafo único. Os museus vinculados ao poder público darão publicidade aos termos de descartes a serem efetuados pela instituição, por meio de publicação no respectivo Diário Oficial.

Art. 39. É obrigação dos museus manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários.

§ 1o O registro e o inventário dos bens culturais dos museus devem estruturar-se de forma a assegurar a compatibilização com o inventário nacional dos bens culturais.

§ 2o Os bens inventariados ou registrados gozam de proteção com vistas em evitar o seu perecimento ou degradação, a promover sua preservação e segurança e a divulgar a respectiva existência.

Art. 40. Os inventários museológicos e outros registros que identifiquem bens culturais, elaborados por museus públicos e privados, são considerados patrimônio arquivístico de interesse nacional e devem ser conservados nas respectivas instalações dos museus, de modo a evitar destruição, perda ou deterioração.

Parágrafo único. No caso de extinção dos museus, os seus inventários e registros serão conservados pelo órgão ou entidade sucessora.

Art. 41. A proteção dos bens culturais dos museus se completa pelo inventário nacional, sem prejuízo de outras formas de proteção concorrentes.

§ 1o Entende-se por inventário nacional a inserção de dados sistematizada e atualizada periodicamente sobre os bens culturais existentes em cada museu, objetivando a sua identificação e proteção.

§ 2o O inventário nacional dos bens dos museus não terá implicações na propriedade, posse ou outro direito real.

§ 3º O inventário nacional dos bens culturais dos museus será coordenado pela União.

§ 4º Para efeito da integridade do inventário nacional, os museus responsabilizar-se-ão pela inserção dos dados sobre seus bens culturais.

Subseção V

Do Uso das Imagens e Reproduções dos Bens Culturais dos Museus

Art. 42. Os museus facilitarão o acesso à imagem e à reprodução de seus bens culturais e documentos conforme os procedimentos estabelecidos na legislação vigente e nos regimentos internos de cada museu.

Parágrafo único. A disponibilização de que trata este artigo será fundamentada nos princípios da conservação dos bens culturais, do interesse público, da não interferência na atividade dos museus e da garantia dos direitos de propriedade intelectual, inclusive imagem, na forma da legislação vigente.

Art. 43. Os museus garantirão a proteção dos bens culturais que constituem seus acervos, tanto em relação à qualidade das imagens e reproduções quanto à fidelidade aos sentidos educacional e de divulgação que lhes são próprios, na forma da legislação vigente.

Seção III

Do Plano Museológico

Art. 44. É dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico.

Art. 45. O Plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus,

constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade.

Art. 46. O Plano Museológico do museu definirá sua missão básica e sua função específica na sociedade e poderá contemplar os seguintes itens, dentre outros:

I – o diagnóstico participativo da instituição, podendo ser realizado com o concurso de colaboradores externos;

II – a identificação dos espaços, bem como dos conjuntos patrimoniais sob a guarda dos museus;

III – a identificação dos públicos a quem se destina o trabalho dos museus;

IV – detalhamento dos Programas:

- a) Institucional;
- b) de Gestão de Pessoas;
- c) de Acervos;
- d) de Exposições;
- e) Educativo e Cultural;
- f) de Pesquisa;
- g) Arquitetônico-urbanístico;
- h) de Segurança;
- i) de Financiamento e Fomento;
- j) de Comunicação.

§ 1o Na consolidação do Plano Museológico, deve-se levar em conta o caráter interdisciplinar dos Programas.

§ 2o O Plano Museológico será elaborado, preferencialmente, de forma participativa, envolvendo o conjunto dos funcionários dos museus, além de especialistas, parceiros sociais, usuários e consultores externos, levadas em conta suas especificidades.

§ 3o O Plano Museológico deverá ser avaliado permanentemente e revisado pela instituição com periodicidade definida em seu regimento.

Art. 47. Os projetos componentes dos Programas do Plano Museológico caracterizar-se-ão pela exeqüibilidade, adequação às especificações dos distintos Programas, apresentação de cronograma de execução, a explicitação da metodologia adotada, a descrição das ações planejadas e a implantação de um sistema de avaliação permanente.

CAPÍTULO III

A Sociedade e os Museus

Seção I

Disposições Gerais

Art. 48. Em consonância com o propósito de serviço à sociedade estabelecido nesta Lei, poderão ser promovidos mecanismos de colaboração com outras entidades.

Art. 49. As atividades decorrentes dos mecanismos previstos no art. 48 desta Lei serão autorizadas e supervisionadas pela direção do museu, que poderá suspendê-las caso seu desenvolvimento entre em conflito com o funcionamento normal do museu.

Art. 50. Serão entendidas como associações de amigos de museus as sociedades civis, sem fins lucrativos, constituídas na forma da lei civil, que preencham, ao menos, os seguintes requisitos:

I – constar em seu instrumento criador, como finalidade exclusiva, o apoio, a manutenção e o incentivo às atividades dos museus a que se refiram, especialmente aquelas destinadas ao público em geral;

II – não restringir a adesão de novos membros, sejam pessoas físicas ou jurídicas;

III – ser vedada a remuneração da diretoria.

Parágrafo único. O reconhecimento da associação de amigos dos museus será realizado em ficha cadastral elaborada pelo órgão mantenedor ou entidade competente.

Art. 51. (VETADO)

Art. 52. As associações de amigos deverão tornar públicos seus balanços periodicamente.

Parágrafo único. As associações de amigos de museus deverão permitir quaisquer verificações determinadas pelos órgãos de controle competentes, prestando os esclarecimentos que lhes forem solicitados, além de serem obrigadas a remeter-lhes anualmente cópias de balanços e dos relatórios do exercício social.

Art. 53. As associações de amigos, no exercício de suas funções, submeter-se-ão à aprovação prévia e expressa da instituição a que se vinculem, dos planos, dos projetos e das ações.

Art. 54. As associações poderão reservar até dez por cento da totalidade dos recursos por elas recebidos e gerados para a sua própria administração e manutenção, sendo o restante revertido para a instituição museológica.

Seção II

Dos Sistemas de Museus

Art. 55. O Sistema de Museus é uma rede organizada de instituições museológicas, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa à coordenação, articulação, à mediação, à qualificação e à cooperação entre os museus.

Art. 56. Os entes federados estabelecerão em lei, denominada Estatuto Estadual, Regional, Municipal ou Distrital dos Museus, normas específicas de organização, articulação e atribuições das instituições museológicas em sistemas de museus, de acordo com os princípios dispostos neste Estatuto.

§ 1o A instalação dos sistemas estaduais ou regionais, distritais e municipais de museus será feita de forma gradativa, sempre visando à qualificação dos respectivos museus.

§ 2o Os sistemas de museus têm por finalidade:

I – apoiar tecnicamente os museus da área disciplinar e temática ou geográfica com eles relacionada;

II – promover a cooperação e a articulação entre os museus da área disciplinar e temática ou geográfica com eles relacionada, em especial com os museus municipais;

III – contribuir para a vitalidade e o dinamismo cultural dos locais de instalação dos museus;

IV – elaborar pareceres e relatórios sobre questões relativas à museologia no contexto de atuação a eles adstrito;

V – colaborar com o órgão ou entidade do poder público competente no tocante à apreciação das candidaturas ao Sistema Brasileiro de Museus, na promoção de programas e de atividade e no acompanhamento da respectiva execução.

Art. 57. O Sistema Brasileiro de Museus disporá de um Comitê Gestor, com a finalidade de propor diretrizes e ações, bem como apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor museológico brasileiro.

Parágrafo único. O Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus será composto por representantes de órgãos e entidades com representatividade na área da museologia nacional.

Art. 58. O Sistema Brasileiro de Museus tem a finalidade de promover:

I – a interação entre os museus, instituições afins e profissionais ligados ao setor, visando ao constante aperfeiçoamento da utilização de recursos materiais e culturais;

II – a valorização, registro e disseminação de conhecimentos específicos no campo museológico;

III – a gestão integrada e o desenvolvimento das instituições, acervos e processos museológicos;

IV – o desenvolvimento das ações voltadas para as áreas de aquisição de bens, capacitação de recursos humanos, documentação, pesquisa, conservação, restauração, comunicação e difusão entre os órgãos e entidades públicas, entidades privadas e unidades museológicas que integrem o Sistema;

V – a promoção da qualidade do desempenho dos museus por meio da implementação de procedimentos de avaliação.

Art. 59. Constituem objetivos específicos do Sistema Brasileiro de Museus:

I – promover a articulação entre as instituições museológicas, respeitando sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnico-científica;

II – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais, de acordo com as suas especificidades;

III – divulgar padrões e procedimentos técnico-científicos que orientem as atividades desenvolvidas nas instituições museológicas;

IV – estimular e apoiar os programas e projetos de incremento e qualificação profissional de equipes que atuem em instituições museológicas;

V – estimular a participação e o interesse dos diversos segmentos da sociedade no setor museológico;

VI – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais nas instituições museológicas;

VII – incentivar e promover a criação e a articulação de redes e sistemas estaduais, municipais e internacionais de museus, bem como seu intercâmbio e integração ao Sistema Brasileiro de Museus;

VIII – contribuir para a implementação, manutenção e atualização de um Cadastro Nacional de Museus;

IX – propor a criação e aperfeiçoamento de instrumentos legais para o melhor desempenho e desenvolvimento das instituições museológicas no País;

X – propor medidas para a política de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações;

XI – incentivar a formação, a atualização e a valorização dos profissionais de instituições museológicas; e

XII – estimular práticas voltadas para permuta, aquisição, documentação, investigação, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos museológicos.

Art. 60. Poderão fazer parte do Sistema Brasileiro de Museus, mediante a formalização de instrumento hábil a ser firmado com o órgão competente, os museus públicos e privados, instituições educacionais relacionadas à área da museologia e as entidades afins, na forma da legislação específica.

Art. 61. Terão prioridade, quanto ao beneficiamento por políticas especificamente desenvolvidas, os museus integrantes do Sistema Brasileiro de Museus.

Parágrafo único. Os museus em processo de adesão podem ser beneficiados por políticas de qualificação específicas.

Art. 62. Os museus integrantes do Sistema Brasileiro de Museus colaboram entre si e articulam os respectivos recursos com vistas em melhorar e potencializar a prestação de serviços ao público.

Parágrafo único. A colaboração supracitada traduz-se no estabelecimento de contratos, acordos, convênios e protocolos de cooperação entre museus ou com entidades públicas ou privadas.

Art. 63. Os museus integrados ao Sistema Brasileiro de Museus gozam do direito de preferência em caso de venda judicial ou leilão de bens culturais, respeitada a legislação em vigor.

§ 1º O prazo para o exercício do direito de preferência é de quinze dias, e, em caso de concorrência entre os museus do Sistema, cabe ao Comitê Gestor determinar qual o museu a que se dará primazia.

§ 2º A preferência só poderá ser exercida se o bem cultural objeto da preferência se integrar na política de aquisições dos museus, sob pena de nulidade do ato.

CAPÍTULO IV

Das Penalidades

Art. 64. (VETADO)

Art. 65. (VETADO)

Art. 66. Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, em especial os arts. 62, 63 e 64 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação, inutilização e destruição de bens dos museus sujeitará os transgressores:

I – à multa simples ou diária, nos valores correspondentes, no mínimo, a dez e, no máximo, a mil dias-multa, agravada em casos de reincidência, conforme regulamentação específica, vedada a sua cobrança pela União se já tiver sido aplicada pelo Estado, pelo Distrito Federal, pelos Territórios ou pelos Municípios;

II – à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo poder público, pelo prazo de cinco anos;

III – à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito, pelo prazo de cinco anos;

IV – ao impedimento de contratar com o poder público, pelo prazo de cinco anos;

V – à suspensão parcial de sua atividade.

§ 1o Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o transgressor obrigado a indenizar ou reparar os danos causados aos bens musealizados e a terceiros prejudicados.

§ 2o No caso de omissão da autoridade, caberá à entidade competente, em âmbito federal, a aplicação das penalidades pecuniárias previstas neste artigo.

§ 3o Nos casos previstos nos incisos II e III do caput deste artigo, o ato declaratório da perda, restrição ou suspensão será atribuição da autoridade administrativa ou financeira que concedeu os benefícios, incentivos ou financiamento.

§ 4o Verificada a reincidência, a pena de multa será agravada.

CAPÍTULO V

Disposições Finais e Transitórias

Art. 67. Os museus adequarão suas estruturas, recursos e ordenamentos ao disposto nesta Lei no prazo de cinco anos, contados da sua publicação.

Parágrafo único. Os museus federais já em funcionamento deverão proceder à adaptação de suas atividades aos preceitos desta Lei no prazo de dois anos.

Art. 68. Resguardados a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes, o governo brasileiro prestará, no que concerne ao combate do tráfico de bens culturais dos museus, a necessária cooperação a outro país, sem qualquer ônus, quando solicitado para:

I – produção de prova;

II – exame de objetos e lugares;

III – informações sobre pessoas e coisas;

IV – presença temporária de pessoa presa, cujas declarações tenham relevância para a decisão de uma causa;

V – outras formas de assistência permitidas pela legislação em vigor pelos tratados de que o Brasil seja parte.

Art. 69. Para a consecução dos fins visados nesta Lei e especialmente para a reciprocidade da cooperação internacional, deverá ser mantido sistema de comunicações apto a facilitar o intercâmbio internacional, rápido e seguro, de informações sobre bens culturais dos museus.

Art. 70. Esta Lei entra em vigor cento e vinte dias após a data de sua publicação.

Brasília, 14 de janeiro de 2009; 188o da Independência e 121o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Tarso Genro

Roberto Gomes do Nascimento

Este texto não substitui o publicado no DOU de 15.1.2009

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

E-mail: niloalmeida@usp.br